

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. 10

JUL/AGO/SET 2024

Banho no Rio Gurupi, no Pará, em março de 2023. Foto: Cintia Matos

edição
ESPECIAL

SOMOS NATUREZA: A NECESSÁRIA CONVERSÃO ECOLÓGICA

PAPO RETO

"Temos que ter a coragem de ouvir a Terra", afirma Ailton Krenak

Pag. 21

EM PAUTA

Quem protege quem defende os direitos humanos e socioambientais?

Pag. 33

NA PRÁTICA

O poder das microrrevoluções para fazer a diferença na prática

Pag. 39

Acesse também
nossa revista digital
Distribuição gratuita.
Venda proibida.



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

03



Sumário

04 _____ ESPECIAL

800 anos de uma ode a favor de todas as criaturas: mais urgente e atual do que nunca

06 _____ EM DESTAQUE

De Norte a Sul: brasileiros vivenciam diariamente os impactos da crise socioambiental

21 _____ PAPO RETO

“Temos que ter a coragem de ouvir a Terra”, afirma Ailton Krenak

26 _____ RAIO-X

O clima pesou!

30 _____ EM PAUTA

Avanços e dilemas: as contradições da implementação de energias renováveis no Brasil

33 _____ EM PAUTA

Quem protege quem defende os direitos humanos e socioambientais?

36 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA

Crianças e adolescentes dão a letra sobre a crise socioambiental

39 _____ NA PRÁTICA

O poder das microrrevoluções para fazer a diferença na prática

42 _____ EM PERSPECTIVA

Rumo a 2025: os 10 anos da carta Encíclica *Laudato Si'*

44 _____ MOBILIZE-SE

Participe: iniciativas engajam cidadãos em prol da justiça socioambiental

48 _____ CIDADANIA DIGITAL

As tecnologias digitais a favor da ecologia integral

50 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Projetos no legislativo propõem avanços e muitos retrocessos que ameaçam o meio ambiente

52 _____ RETRATO BRASIL

Olhares dos povos originários e tradicionais para a emergência climática

Comitê Especial 10ª edição:
Adriana Charoux, Alex Bastos, Daniel Nardin, Daniel Seidel, Dário Bossi, Jean Poul Hansen, Luiz Felipe Lacerda, Mariana Moraes, Nayara Almeida e Thalia Silva

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente:

Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista:

Fábio José Garcia Paes

Coordenação editorial:

 **ESTÚDIOCAIS**
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero
MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação: Elvis Marques, Isadora Morena, Karynna Luz e Maria Victória Oliveira

Coordenação dos canais digitais:

Maria Victória Oliveira

Produção dos canais digitais: Karynna Luz e Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Articulação: Ruivo Lopes

Estratégia de Formação: Alex Bastos

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Benilda Brito, Cristiane Faustino, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Comitê Editorial: Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Wagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala e Rosangela Helena Pezoti.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregum, Instituto Pólis, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: Paulus Social

Editorial

Esta edição da Revista Casa Comum surge num contexto de denúncia e de celebração. Denúncia das diversas tragédias e situações de desastres ambientais que ocorreram e ocorrem no dia a dia da realidade brasileira. Aquilo que os estudiosos, ativistas e lideranças sociais e religiosas previam e alertavam já é fato e estatística: cidades naufragadas pelo aumento gritante do curso dos rios e mares, assim como desmoronamento de encostas serranas, regiões inteiras asfixiadas pela fumaça de incêndios em campos e florestas, na sua maioria criminosos. A destruição não é ocasional e espontânea: é um projeto político em curso. Assumir isso é fundamental para a mobilização social e popular.

Por outro lado, não basta apenas saber, é preciso agir. O momento exige não só reflexão, mas aquilo para que o Papa Francisco tem convocado o mundo inteiro: é necessária uma conversão ecológica. Não dá mais para pensar num futuro, imaginar o que pode acontecer, enquanto o presente apresenta a urgência da sobrevivência do que entendemos como o Sistema Terra, o nosso planeta. Isso exige atitudes radicais de mudança de concepção e de modo de ser e relacionar-se com o mundo como algo para além da presença e significado humano. Somos Natureza e precisamos assumir a pedagogia da terra, voltar a conectar-nos com ela, como aponta Ailton Krenak em entrevista exclusiva para esta edição da Revista.

Assumir a realidade em que nos encontramos como planeta e sua condição é concluir que é a intervenção ignorante e equivocada do ser humano e seu projeto de lucrar, custe o que custar, que nos trouxe até aqui. O projeto de financeirização da vida, base da proposta capitalista, colocou-nos em xeque com sua lógica e modo de ser desvinculado do cuidado e defesa de todas as formas de vida. Temos que aprender com o jeito como a Natureza se organiza, silenciosa e gratuita: ela é mantenedora e criativa.

Vivemos numa era de transição de paradigma, mas já é evidente que o novo paradigma a vir-a-ser terá como centro não o ser humano isolado (antropocentrismo), como achávamos que seria, mas a comunidade de vida (ecologia). Não somos sem os outros seres, dos menores aos maiores, dos visíveis aos invisíveis.

Por outro lado, é um momento celebrativo que serve como farol ético, pois comemoramos os 800 anos do Cântico das Criaturas – um poema escrito por Francisco de Assis na Idade Média –, que é motivo de admiração e esperança. Esse cântico é o espelho da experiência de um ser humano com consciência do valor singular e maravilhoso de cada vida deste sistema chamado existência. Só podemos existir no plural, no coletivo e de forma interligada.

Neste contexto desafiador e celebrativo, e em preparação à COP 30 (Conferência das Partes sobre o Clima) que acontecerá em Belém (PA), em novembro de 2025, a Igreja Católica no Brasil definiu como o tema da Campanha da Fraternidade 2025: *“Fraternidade e Ecologia Integral”*, parceira especial desta edição.

Por isso, o convite que fazemos nesta edição é darmos as mãos, mobilizar corações e agir numa nova lógica integradora de cuidado, amor, respeito e admiração com o fluxo de toda a Natureza, de que somos parte, que é criação. A saída está no nosso papel como indivíduos, sociedade e organizações na mobilização por um mundo em que o código maior seja a busca pela fraternidade com tudo e com todos e todas. Não há outra saída!

Salve Francisco de Assis, poeta daquilo que esquecemos de ser: irmãos e irmãs de todas as criaturas!

Fábio Paes

Coordenador da Revista Casa Comum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás São Paulo/SP - CEP: 03009-010
Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscriva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

ESPECIAL

800 ANOS DE UMA ODE A FAVOR DE TODAS AS CRIATURAS: MAIS URGENTE E ATUAL DO QUE NUNCA



Obra do Frei Pedro Pinheiro, OFM, São Paulo

Em 1999, um ano antes de terminar o milênio passado, a revista "Times" fez uma grande pesquisa entre seus leitores para saber qual seria a personalidade mais marcante e mais importante do milênio que terminava. Surpreendentemente Francisco de Assis ficou em primeiro lugar, não por ser um líder religioso, mas sim uma referência de humanismo e de cuidado com a Natureza.

Essa referência, claro, não é por acaso. Há um fato marcante em sua vida em que isso se faz ainda mais presente e se transforma em palavras que ficaram gravadas até os dias atuais. Em outubro de 1225, de forma singela e inspirada, Francisco de Assis, que estava enfermo e em seu leito de morte, escreveu a poesia que atravessou gerações e até universos ideológicos, intitulada "Cântico das Criaturas".

Assim, em 2025, comemoramos 800 anos dessa poesia revolucionária que apresentou à história um novo paradigma não compreendido em sua época e que ainda traz desafios para a sociedade contemporânea. Um paradigma baseado na integralidade do reconhecimento e do cuidado com todas as formas de vida: desde um inseto até mesmo a água, o sol, sem excluir os seres humanos marginalizados.

Há uma curiosidade sobre essa poesia: foi escrita na língua vulgar da época, ou seja, no dialeto italiano, em contraste com o Latim que predominava como a expressão hegemônica da cultura dominante. Essa poesia é ainda hoje um legado linguístico, social e ecológico, pois apresenta um paradigma integral, uma ode ou tratado à grandiosidade e significância de cada forma e expressão de vida:

Altíssimo, onipotente, bom Senhor, teus são o louvor, a glória e a honra e toda a bênção. Somente a ti, ó Altíssimo, eles convêm, e homem algum é digno de mencionar-te.

Louvido sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas, especialmente o Senhor irmão sol, o qual faz o dia, e por ele nos ilumina. E ele é belo e radiante com grande esplendor, de ti, Altíssimo, traz o significado.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã lua e pelas estrelas, no céu as formaste claras e preciosas e belas. Louvido sejas, meu Senhor, pelo irmão vento, e pelo ar e pelas nuvens e pelo sereno e todo o tempo, pelo qual às tuas criaturas dás sustento.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã água, que é muito útil e humilde e preciosa e casta. Louvido sejas, meu Senhor, pelo irmão fogo pelo qual ilumina a noite, e ele é belo e agradável e robusto e forte.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã nossa, a mãe terra que nos sustenta e governa e produz diversos frutos com coloridas flores e ervas.

Louvido sejas, meu Senhor, por que perdoam pelo teu amor. E suportam enfermidade e tribulação. Bem-aventurados aqueles que as suportarem em paz, porque por ti, Altíssimo, serão coroados.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã nossa, a morte corporal, da qual nenhum homem vivente pode escapar. Ai daqueles que morrerem em pecado mortal: bem-aventurados os que ela encontrar na tua santíssima vontade, porque a morte segunda não lhes fará mal!

Louvai e bendizei ao meu Senhor, e rendei-lhe graças e servi-o com grande humildade.

(Francisco de Assis)

Fontes Franciscanas e Clarianas. Autor: Frei Celso Marcio Teixeira. Edição. 3º. Editora Vozes, Petrópolis.

Esse Cântico vai além de uma irmandade entre humanos. Ele une a humanidade a tudo o que existe e proclama a grandeza das criaturas no que elas são, não no interesse humano ou mercadológico. A poesia diz que a água, as estrelas, as ervas são, na sua essência, um louvor ao Criador. Rompe uma ideia de uso e de dominação do ser humano sobre a Natureza,

muito presente nos dias atuais, na qual a humanidade fere a Terra, mãe e irmã, como dizia Francisco, de tal modo que põe em risco todas as formas de vida, principalmente a dos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Aqui cabe ressaltar mais um elemento histórico, que ajuda a entender a intencionalidade desse poema: Francisco, naquela época, não podia ver o que ele descrevia, seus olhos tinham sido queimados em uma tentativa de cauterização. No final de sua vida, foi acometido por vários tipos de doenças; por isso é possível aferir que o Cântico não é uma mera descrição das criaturas, mas a experiência que transcende a visão simples do olhar do humano, para uma dimensão de contemplação e vivência da conexão biológica, física e ontológica com tudo o que existe – somos uma comunidade de vida – em que se deflagra a maior certeza: nada existe sem a dimensão intrínseca do Comum.

O filósofo, teólogo e escritor Leonardo Boff apresenta uma reflexão importante acerca do Cântico:

“Na tradição ocidental Francisco de Assis é visto como uma figura exemplar de grande irradiação. Com fina percepção, sentia o laço de fraternidade e de sororidade que nos une a todos os seres. Ternamente chama a todos de irmãos e irmãs: o sol, a lua, as formigas e o lobo de Gubbio. As coisas têm coração. Ele sentia seu pulsar e nutria veneração e respeito por todo ser, por menor que fosse. Nas hortas, também as ervas daninhas tinham o seu lugar, pois do seu jeito elas louvam o Criador. O coração de Francisco significa um estilo de vida, a expressão genial do cuidado, uma prática de confraternização e um renovado encantamento pelo mundo. Recriar esse coração nas pessoas e resgatar a cordialidade nas relações poderá suscitar no mundo atual o mesmo fascínio pela sinfonia do universo e o mesmo cuidado com a irmã e mãe Terra como foi paradigmaticamente vivido por São Francisco.”
(Fonte: bit.ly/RCC_10_65)

Outra curiosidade é que a penúltima estrofe, que exalta o perdão e a paz, foi escrita somente em julho de 1226, na casa do bispo de Assis, para pôr fim a uma desavença histórica entre o bispo e o prefeito da cidade. Esses poucos versos bastaram para impedir a guerra civil. Ao acrescentar uma estrofe para mediar os conflitos, é celebrada uma paz que viabiliza a vida do povo. Assim, a poesia é um louvor aos que sustentam a paz. Mas não uma paz de braços cruzados, mas daquele que queria o fim das guerras.

Por fim, é interessante destacar a escolha de Francisco para expressar uma percepção, sentimento e interpretação da realidade, por meio da poesia. A arte é sempre a forma mais potente de denunciar e anunciar um processo urgente na sociedade. Nesse caso, essa poesia apresenta de forma silenciosa um grito de cuidado e defesa por todas as formas de vida, que vivem num contexto de colapso. Francisco é um artista, apresenta por vezes ações performáticas, porque usa da plasticidade para falar à sociedade de forma sensível, terna e firme. Ele, inclusive, criou também o presépio e tantas outras expressões criativas. É um santo jogralesco e com espírito poético, mergulhado na ética do cuidado e na experiência estética da realidade.

Por isso, esse Cântico é um chamado para toda a humanidade e é atemporal para o compromisso histórico e construção do Bem Viver dos povos, no intuito de que os olhos turvos não desprezem a vida ferida dos injustiçados, dos oprimidos e da Mãe Terra, mas celebre a fraternidade universal. Francisco entende que não somente a voz dos humanos, mas também o grito e o suspiro da Terra clamam por sua existência.

Essa poesia é a mudança de paradigma de um ser humano que sonhava em dominar o mundo, mas que agora o sustenta em seu louvor, reivindicando que todas as formas de vida sejam respeitadas. Entoará esse Cântico quem cuidar da Terra, quem trocar as palavras pelas ações, quem permitir que a morte seja uma irmã, e não o algoz de quem tem o poder do mercado e das armas.

Hoje, vivendo nesse paradigma capitalista de acúmulo no qual vivemos, que financeira o sentido da vida, em que a exploração é governada para o lucro e o dinheiro, que coloca à margem do sistema social, econômico e político, milhares de invisibilizados, famintos, sem-terra, sem-teto, sem-renda, os “sem-dignidade”, nesse ciclo de exploração e marginalização que impacta desde sempre “as vidas não humanas”, entoar o Cântico das Criaturas se faz mais urgente do que nunca. O que temos hoje é a terra cimentada para o funcionamento das cidades, que servem ao fluxo desenfreado do ser humano autômato, ou da propagação do pasto para a produção de gado ou de soja em larga escala. A biodiversidade se resume à monocultura para faturar. O antropocentrismo anula a centralidade na comunidade de vida, de que somos parte, querendo ou não.

No contexto contemporâneo, vivemos também um crescente de regimes autoritários em várias regiões do mundo e como tendências e experiências no Brasil, regradas de onda de ódio, louvor às armas, à violência social e estatal diante do outro, atitudes explícitas de racismos, antissemitismo, xenofobismo, homofobismos e machismos. Ao mesmo tempo que se propaga uma política de segurança que persegue negros e residentes de comunidades periféricas, facções criminosas e de milícias, ocupam e sequestram a liberdade e a dignidade dessas pessoas.

Assim, é preciso interpretar as correntes ideológicas e políticas, que formam corações e mentes, muitas vezes, utilizando dos espaços e expressões religiosas, e apresentar formas de promover e mobilizar as pessoas para o projeto político da paz – como possibilidade concreta de uma nova forma de ser e relacionar-se superando estilos, formas e ideologias intolerantes, sectaristas, violentas, bélicas, ultraconservadoras e criminosas.

Por isso, canta Francisco, pois a Mãe Terra tem saudades de ti, e teus irmãos esperam as mudanças para que o futuro não seja semeado pelo descaso, exploração, violações tantas e de morte.

Frei Marx Rodrigues dos Reis, diretor-secretário do Sefras – Ação Social Franciscana

EM DESTAQUE

DE NORTE A SUL: BRASILEIROS VIVENCIAM DIARIAMENTE OS IMPACTOS DA CRISE SOCIOAMBIENTAL



Produção do Assentamento Integração Gaúcha debaixo d'água por conta das chuvas intensas no Rio Grande do Sul, em 2024. Foto: Daniel Audibert

O caminho que se apresenta é a conversão ecológica, ou seja, uma mudança radical na qual, ao invés de explorar o planeta, a Natureza e a vida até a exaustão, é necessário aprender a cuidar da Terra e uns dos outros, em uma lógica de inter-relação, cultivo e cuidado.

Por Elvis Marques, Isadora Morena e Maria Victória Oliveira



Daniel Audibert
Eldorado do Sul (RS)

A chuva que leva tudo, menos a solidariedade

Daniel Audibert tem 57 anos e vive, junto à sua família, há 32 anos, no Assentamento Integração Gaúcha, fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Localizado em Eldorado do Sul (RS), o Assentamento é morada de outras 63 famílias que, conjuntamente, produzem mais de 130 variedades de produtos agrícolas com certificação 100% orgânica.

Essas famílias foram duramente atingidas pelo transbordamento do rio Jacuí, causado pelas últimas chuvas no Rio Grande do Sul. "Nós já fomos impactados por fatores climáticos por oito vezes, só que, em 2023 e 2024, foram mais graves", conta Daniel, que teve sua produção e sua casa completamente inundadas.

Apesar das dores das perdas, Daniel e sua família participaram de diversas ações de solidariedade para ajudar outras pessoas atingidas, como a produção de refeições nas cozinhas comunitárias criadas pelo MST na região metropolitana de Porto Alegre (RS). "Por mais que a gente não tivesse alimentos para oferecer, porque a água também cobriu as nossas hortas, a gente estava lá nas cozinhas, ajudando a cozinhar, a fechar marmitas e mandar para as pessoas que necessitavam", explica o agricultor, ressaltando

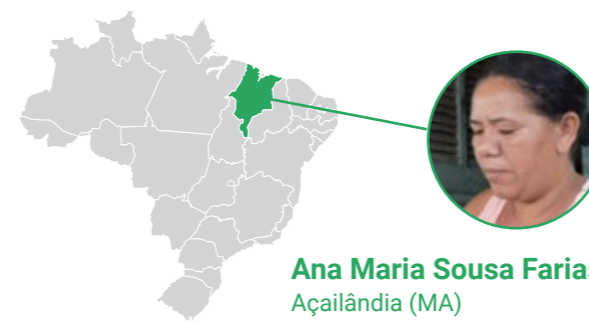
que do início de maio até meados de agosto, mais de 180 mil marmitas foram distribuídas por duas cozinhas comunitárias locais, e que elas seguem produzindo em torno de 500 por dia.

As famílias do Assentamento também foram beneficiadas com atos de solidariedade, "a gente tem muita ajuda por parte de ONGs, da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap) e do MST, a gente recebeu através do Pix Solidário mudas de hortaliças e adubos orgânicos para recomeçarmos o replantio após as águas terem deixado os locais."

Apesar dessa tentativa de recomeço, a comunidade busca, junto ao estado do Rio Grande do Sul, que eles sejam reassentados em um local onde possam retomar a produção agroecológica em segurança. Eles pleiteiam que o território, que hoje é o Assentamento, passe a ser uma Área de Preservação Permanente (APP).



A gente está aqui hoje plantando de novo, mas com aquela luz, aquela visão de que um dia a gente poderá reconstruir essa história toda num outro lugar mais seguro e tranquilo, e aqui a gente devolve as terras para a Natureza. A gente luta, sonha e jamais desiste, né? A reforma agrária é isso. A bandeira principal do movimento é produzir alimento saudável e preservar o meio ambiente, a Natureza e o ecossistema como um todo", conclui.



Ana Maria Sousa Farias
Açailândia (MA)

Davi contra Golias: a luta de Piquiá diante da indústria mineradora

Residente no bairro Piquiá, em Açailândia (MA), há 17 anos, Ana Maria Sousa Farias viu a região mudar. A artesã de 38 anos conta que sua chegada coincidiu com o início das lutas comunitárias, muito impulsionadas pela construção da Ferrovia Carajás e, também, pela implementação e multiplicação de indústrias nas proximidades, em especial siderúrgicas ligadas à atividade mineradora.



Aqui as pessoas trabalhavam muito na roça, de agricultura familiar. As indústrias foram crescendo e aí começou a vir a poluição. No decorrer do tempo, as pessoas já não plantavam porque não dava mais. Sem falar na poluição sonora também, que era muito grande”, explica Ana Maria, uma das poucas pessoas que ainda mora no local.

Um dia o bairro foi animado, com a presença de muitas famílias e o Rio Açailândia não tão poluído, por muito tempo a água contaminada pelas siderúrgicas foi despejada no rio, tornando os peixes impróprios para comer. Além disso, muitas pessoas se mudaram pelo adoecimento provocado pela poluição. Com muitas casas abandonadas, o bairro é hoje vítima de vandalismo e violências.

Os moradores de Piquiá lutam há décadas para serem reparados pelos impactos causados pela Ferrovia Carajás e conseguiram, após muita reivindicação e articulação, o reassentamento da comunidade com a construção de um novo bairro, planejada e coordenada pela Associação de Moradores, distante dos problemas ambientais. Piquiá da Conquista abrigará 312 famílias. Já outras 74 famílias, formadas pelos filhos dos antigos moradores, serão reassentadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida em outro local.

Apesar da alegria da promessa de vida nova, Ana Maria se queixa pelo fato de ter que deixar sua casa e o bairro onde criou seus filhos. Também se entristece com o fato de que muitos dos seus ex-companheiros de luta não estão mais vivos para desfrutar dessa nova fase.

Ela ainda lamenta a nova separação de famílias. Por exemplo, irá morar em Piquiá da Conquista, enquanto sua nora, que é atualmente sua vizinha e a ajuda com a produção de peças de costura e crochê, ficará no outro bairro. Ambas compõem o Grupo Mulheres Artesãs, uma articulação que reúne mulheres de Piquiá que se organizam para produzir e vender artesanato.



300 anos de resistência quilombola no Cerrado: contra invasores e grileiros

No coração do Cerrado, está situado o maior território de remanescentes de escravos do país, o Quilombo Kalunga, com uma área de aproximadamente 262 mil hectares, que incide em três municípios do estado de Goiás: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, na região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

O Quilombo Kalunga, com cerca de 300 anos de história, é composto por 39 comunidades e 8.500 pessoas, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Aldair Paulino é morador da comunidade Engenho 2 e membro da comissão agrária da Associação Quilombo Kalunga (AQK), criada nos anos 1990 para representar juridicamente a população tradicional na luta pelo território.

“O principal objetivo da fundação da AQK é a retomada das nossas terras ancestrais que estão nas mãos de invasores e grileiros das áreas mineral e agrícola. Os avanços e as invasões em nosso território ficaram mais fortes durante o último governo federal. Sofremos bastante com várias liberações para pesquisa de minério em nossas terras. Havia muita gente derrubando o Cerrado”, relembra.

Aldair tem observado a diminuição das nascentes de água e o desaparecimento de pequenos córregos na área. “Hoje, a gente consegue ver algumas nascentes apenas na época das chuvas, depois elas secam. Há comunidades que, do mês de julho em diante, sofrem com a escassez de água. Só quem sabe o tamanho dos impactos ambientais atuais é quem tem um córrego em seu território, e, de repente, não tem mais porque ele seca”, lamenta o quilombola.

Apesar dos desafios, em 2021, a luta do Quilombo Kalunga pela conservação da área e de seus modos de vida ancestrais foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o primeiro Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (Ticca) do Brasil.



De um território indígena impactado na Venezuela ao refúgio no Brasil

Há cinco anos no Brasil, Alida Gómez, profissional da educação e artesã, é originária do povo indígena Warao, a segunda etnia mais populosa da Venezuela, com cerca de 49 mil pessoas, segundo a Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (ACNUR).

Alida vive há alguns anos na comunidade Warao Janoko, a 35 quilômetros de Boa Vista (RR), composta por 12 famílias Warao, e 2 núcleos familiares do povo Kariña. Ao todo, o local abriga quase 100 pessoas que compartilham uma pequena área adquirida com o apoio de diversas organizações sociais.

Antes de recomeçar a vida no Brasil, Alida relata que vivenciou muitas tragédias junto ao seu povo, como a

regulação e o fechamento de uma importante fonte de água de sua região, e, com isso, perdas de plantações, como a de mandioca, além de mortes de pessoas. A comunidade também sofreu impactos de garimpeiros e com o derramamento de óleo nas águas.



E daí veio a poluição da água – rio Orinoco, um dos maiores rios da região –, o que impactou também a pesca. Com o tempo, a economia ficou muito difícil, pois não havia produção suficiente. Todos os refugiados que estão aqui no Brasil têm uma história própria. No meu caso, eu me mudei para este país para sustentar os meus três filhos”, relata Alida.

Em Boa Vista, a indígena viveu por quase dois anos e meio em um abrigo, até poder retomar a vida na comunidade Warao Janoko, em solo brasileiro.

Marcia Oliveira, professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que tem acompanhado a luta dos indígenas venezuelanos no Brasil, relata que, em poucos meses, as casas da comunidade estão rodeadas de plantações de hortaliças, macaxeira, bananas diversas, flores e pequenas fruteiras. “É lindo ver a alegria das famílias no seu território”, afirma.

Quando a indignação vira ação: a juventude busca justiça climática



Em 2013, quando eu tinha 12 anos, ocorreu uma enchente no meu território, que avassalou a minha casa e a minha comunidade. Nesse processo, minha bisavó, na época com 90 anos, perdeu todos os seus itens”, conta Maria Clara Salvador, de 23 anos, moradora do município de Queimados, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

A perda de todos os móveis e da própria casa, construída pelo marido, adoeceu a bisavó de Maria Clara. “Hoje eu



entendo que ela teve um processo de depressão climática, ou seja, problemas psíquicos após eventos climáticos traumáticos. Ela ficou debilitada por um mês.”

Essa situação familiar e as várias outras enchentes que ocorreram no território de Maria Clara nos anos seguintes provocaram nela indignação e a fizeram começar a atuar na comunidade, estudando, escrevendo em jornais comunitários, participando de ações de solidariedade, campanhas e outras atividades.

Hoje, Maria Clara é graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), além de pesquisadora, redatora e cofundadora da Coalizão O Clima é de Mudança, uma organização formada por pessoas periféricas que olham e pensam a justiça climática e como implementar soluções por meio de tecnologias da periferia a fim de promover um mundo melhor.

A organização já teve diversas iniciativas, entre elas a de levar as demandas das comunidades periféricas sobre mudanças climáticas para a COP 27, que ocorreu em 2022 no Egito. A COP, ou Conferência das Partes, é um encontro anual que reúne representantes de diversos países para discutir e negociar ações globais sobre mudanças climáticas, sendo o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

Analisando o cenário brasileiro e a esperança por justiça climática, Maria Clara afirma que “apesar de muita política de morte, existe também um povo brasileiro que tem pensado uma política de vida, coletividade, amor e empatia. Isso se reverbera em vários espaços de incidência política, de articulação de movimentos sociais, de movimentos internacionais, da sociedade civil, também na arte e na cultura.”



Muito mais para contar

Conheça, em detalhes, cada uma dessas histórias numa produção audiovisual especial da Revista Casa Comum. Assista em: bit.ly/RCC_10_66

De que forma essas cinco histórias se conectam? O que elas têm em comum?

Aldair, Alida, Ana Maria, Daniel e Maria Clara são representantes de cada uma das cinco regiões do Brasil entre as milhões de pessoas que sofrem diariamente com os efeitos da crise socioambiental. Em suas histórias de vida, é possível identificar a violação de seus territórios, seja por excesso de água seja pela falta dela, por poluição, pela morte da biodiversidade, da terra e das águas que dá de beber e de comer para tanta gente.

Sejam as cheias da região Sul do país, o excesso de chuvas que causa deslizamentos de moradias no Sudeste, as ilhas de calor no Complexo da Maré no Rio de Janeiro e em tantas outras periferias urbanas espalhadas pelo país. O fogo no Pantanal, que transforma animais em carcaças. A seca na região amazônica, que abriga a maior bacia hidrográfica do mundo.

Os múltiplos e distintos eventos climáticos que têm tomado conta do cotidiano dos brasileiros provam que, quando o assunto são os biomas e as mudanças climáticas, tudo está interligado e que todos, todas e todes – eu, você, nós – estamos no mesmo barco. As condições para enfrentar esses impactos, porém, são muito diferentes; por sua vez, as violações socioambientais se dão em sua maior parte nas regiões habitadas pelas populações mais pobres e excluídas: é o chamado “racismo ambiental”.



Racismo lado a lado com a crise do clima

Uma temática indissociável da agenda das mudanças climáticas é o racismo ambiental. O termo é usado para ressaltar que pessoas e comunidades negras são desproporcionalmente afetadas pelas consequências e os efeitos mais graves da crise do clima, uma vez que, em razão do racismo que pauta a sociedade brasileira, são maioria em locais, territórios e espaços de alta vulnerabilidade, como as favelas.

O primeiro episódio da *websérie Vozes Climáticas* – uma iniciativa da Revista Casa Comum e Instituto Perifa Sustentável, que conta com quatro episódios – aborda, justamente, os motivos que levam pessoas pretas a sofrerem mais com deslizamentos, enchentes, poluição e outros fatores.

“A luta por justiça climática é, na real, uma luta por igualdade. Precisamos de acesso à moradia digna e segura, saneamento básico, segurança. Precisamos de políticas públicas que protejam nossas comunidades e garantam nossos direitos”, defende Amanda Costa, jovem ativista e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável.

Conheça a *websérie* completa que fala também sobre justiça ambiental, engajamento e protagonismo jovem e a importância de as mudanças climáticas constarem nos planos de governo de candidatos e candidatas.

>> Acesse: bit.ly/RCC_VozesClimáticas

O que isso significa na prática? Enquanto a poluição do ar lota postos de saúde e hospitais e sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS), a água inunda plantações inteiras e prejudica o trabalho de anos de agricultura familiar, encarecendo o preço dos alimentos, que, em alguns casos, estão sumindo das prateleiras, pois é a agricultura familiar quem mais produz para o consumo interno da população brasileira. Casas à beira dos rios amazônicos podem, literalmente, ser levadas pela água a qualquer momento, assim como regiões que serão engolidas pelo aumento do nível do mar com o degelo de calotas polares. As ondas de calor também são uma ameaça à vida humana, principalmente de crianças, adolescentes e pessoas idosas.

Engana-se quem pensa que todas essas mudanças fazem parte de algum ciclo natural da Terra, como defendem alguns grupos. A crise climática tem como sua principal causadora a humanidade, com suas múltiplas atividades em larga escala – desde a indústria até a agricultura – que, diariamente, despejam rejeitos na terra e em rios.

É diante desse contexto que se faz urgente e imprescindível a conversão ecológica. Substantivo feminino, conversão é o ato ou efeito de converter(-se) ou transformar(-se). Mudar de um estado para outro. Pode ser uma mudança de religião, de crença, de visão, ou, nesse caso, de costumes, sistemas e modos de vida. Quando aplicada à ecologia e ao contexto climático, a palavra ganha significados ainda mais potentes.

“**A conversão ecológica é uma mudança profunda e radical na compreensão de como determinadas formas de produção e consumo se tornam incompatíveis com o planeta. Ela implica um compromisso coletivo, comunitário, social, com uma nova forma de ser e de estar no mundo, em comunhão com os ciclos da vida**”,

reflete Moema Miranda, integrante do Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (Sinfrajupe) e assessora da Comissão Episcopal de Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A conversão ecológica é, portanto, mudar o rumo e o caminho de extermínio que a humanidade tem trilhado até agora, para que, a partir de um processo de reconexão com o meio ambiente, seres humanos possam almejar um futuro de continuidade da vida no planeta com qualidade e garantia de direitos para todos.

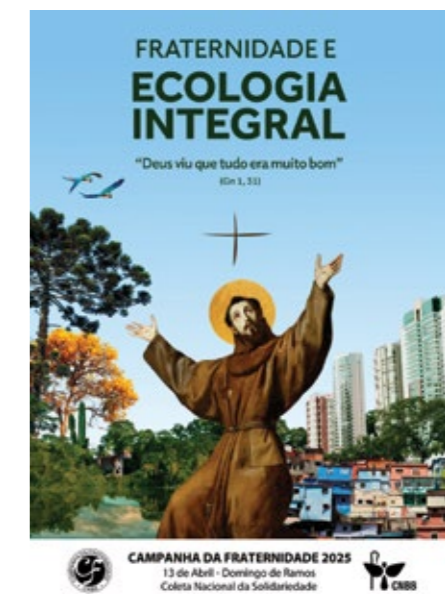
O caminho está na Ecologia Integral

Só quem já tentou fazer alguma mudança radical em sua vida sabe o quanto pode ser difícil mudar hábitos. Por mais desafiador que seja, o Papa Francisco defende, na Encíclica *Laudato Si'*, que a conversão ecológica é o caminho necessário para criar “um dinamismo de mudança duradoura”.

Seja interior, integral e comunitária – diversos complementos utilizados pelo Papa –, essa conversão deve, sobretudo, ser ecológica, o que significa a produção de outras relações entre os próprios seres humanos, mas também com os animais e com o mundo que os cerca.

Direcionada a “todas as pessoas de boa vontade” em um apelo do Papa em prol do cuidado com a Casa Comum, a *Laudato Si'* completa 10 anos de sua publicação, em 24 de maio de 2015.

Juntamente com o aniversário da Encíclica, a Campanha da Fraternidade 2025 adota para si a temática *Fraternidade e Ecologia Integral*, com o objetivo geral de *promover, em espírito quaresmal e em tempos de urgente crise socioambiental, um processo de conversão integral, ouvindo o grito dos pobres e da Terra*.



Cartaz da Campanha da Fraternidade 2025

Padre Jean Poul Hansen, docente da Faculdade Católica de Pouso Alegre (MG), licenciado para exercer a função de Secretário Executivo de Campanhas na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aponta que essa é a nona vez que a ecologia aparece, de alguma forma, na Campanha da Fraternidade, “de longe o tema mais abordado na história dos 61 anos da Campanha”, e reforça que, dessa vez, o “integral” é o diferencial da Campanha.

“Em tempos passados, já falamos de ecologia verde, que é o cuidado de tudo aquilo que chamamos de Natureza. Mais recentemente, o Papa Bento XVI falava de ecologia humana, expressando que não tem sentido cuidar da ecologia verde se não cuidamos da ecologia humana. Já ouvimos falar de ecologia econômica, pois a economia tem que pensar na ecologia. E também em ecologia cultural, para gerar uma cultura de cuidado com a Casa Comum e seus habitantes. E há 10 anos, o Papa Francisco propôs, na Encíclica *Laudato Si'*, esse macroconceito de Ecologia Integral, que é pensar de uma maneira única todos esses conceitos de ecologia. Não existe ecologia verde sem ecologia cultural, sem ecologia econômica, sem ecologia humana. Todas estão interligadas. E é isso que o Papa chama de Ecologia

Integral. Eu diria que é uma ecologia que tem a vida no centro. Não só a Natureza, o ser humano, o rio, a economia, mas que tem no seu centro toda a vida do planeta.”

Trata-se de um apelo ao zelo pela vida de um planeta que sobrevive sem os seres humanos. “Carlos Nobre, um grande cientista do clima, diz que o que está diante de nós não é a extinção do planeta Terra, mas a possibilidade da extinção da vida humana no planeta, que vai se tornar inóspito para a humanidade e para muitas outras expressões de vida, como já tem se tornado. Já há muitas espécies extintas, sejam vegetais e animais, por conta desse aquecimento global que nós já alcançamos de forma irreversível”, reforça Jean Poul.

Incompatibilidade do sistema econômico vigente

Segundo Padre Jean Poul, em um projeto de conversão, o primeiro passo é tomar consciência do que está errado. Nesse sentido, a conversão ecológica está diretamente relacionada a uma compreensão aprofundada do funcionamento do sistema econômico vigente, o capitalismo.

Trata-se, portanto, de uma mudança radical: ao invés de explorar o planeta, a Natureza e a vida até a exaustão, é necessário aprender a cuidar da Terra e uns dos outros, em uma lógica de cultivo e cuidado e no espírito da “sobriedade feliz”, como a define o Papa Francisco: “a capacidade de apreciar a beleza das pequenas coisas e o essencial da vida.”

“**Precisamos reconhecer conscientemente que o capitalismo gera em nós uma ganância pelo lucro através do consumo, lógica essencialmente predatória do meio ambiente e da vida. Se antigamente nos contentávamos com pouco, hoje não nos contentamos com muito**”, afirma.

2025: a igreja em celebração

Além de ser um ano jubilar, que celebra os 2025 anos da Encarnação, isto é, o fato inédito de Deus que se faz humano por amor, para nos salvar, o ano que vem também marca os 800 anos do Cântico das Criaturas, poema composto por São Francisco de Assis, que exalta todas as criaturas e elementos, colocando sol, lua, vento, água, fogo, a morte e, finalmente, a Mãe Terra na posição de irmãs e irmãos.

Para o Padre Jean Poul, a pobreza de Francisco de Assis é aquela de quem vive com o necessário e não admite o supérfluo. Nesse sentido, afirma que a postura do santo tem muito a ensinar à humanidade. “É possível viver assim se nós

nos convertermos, como fez Francisco de Assis. Exige novos estilos de vida que, na verdade, não são novos. Os nossos povos originários vivem isso há séculos. Os pobres nas favelas e nas periferias existenciais das nossas cidades, não por opção, mas por imposição do sistema, vivem essa fraternidade [de ajudar uns aos outros]. É essa conversão que a quaresma pede de nós na perspectiva da Ecologia Integral. É necessário avizinhar-se, aproximar-se dessas pessoas que, nas periferias geográficas e existenciais da nossa sociedade, vivem forçadamente aquilo que é o nosso ideal.”

O problema de separar o que é junto

Mas, por que, afinal, os seres humanos têm tamanha dificuldade de mudar e realizar a conversão ecológica? O que os impede? Luiz Felipe Lacerda, ativista socioambiental, docente da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e secretário-executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental (OLMA), aponta a necessidade de uma ruptura do paradigma atual.

Para isso, uma das grandes dificuldades é romper com a falsa ideia de que as coisas são separadas. Se está tudo interligado, como o próprio Papa cita na Encíclica *Laudato Si'*, não existem as crises social e ambiental, mas apenas uma crise socioambiental.

Como recuperar a humanidade dos seres humanos?

A pergunta pode parecer difícil, mas para Leonardo Boff, filósofo, doutor em teologia, escritor, professor e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra, a falta de um olhar atento para o outro e as múltiplas agressões à Mãe Terra são sintomas da falta de humanidade, o que chama de um dos problemas mais angustiantes da cultura mundial atual.

Em entrevista à 6ª edição da Revista Casa Comum, o autor de mais de 60 livros, explica que já existe uma compreensão “de que todos os seres, especialmente os vivos, são compostos com os mesmos elementos que maduraram nas grandes estrelas vermelhas” e, assim, experimentam um laço de parentesco.

Alguns grupos já sabem dessa relação há muito tempo, como é o caso dos povos originários, que “mantêm com a Natureza não uma relação utilitarista, mas de participação e comunhão.” “Nós, da cultura dominante, sentimo-nos senhores e donos da Natureza, como o formularam os pais do paradigma da modernidade nos séculos 17 e 18. Na verdade, como enfatiza a Encíclica *Fratelli Tutti*, somos parte da Natureza. Todos os seres vivos possuem o mesmo código genético de base, desde a bactéria que surgiu há 3,8 bilhões de anos, passando pelos dinossauros e os colibris, e chegando ao ser humano, temos os mesmos 20 aminoácidos e as mesmas 4 bases fosfatadas. Quer dizer, somos de fato, e não poeticamente, irmãos e irmãs. Mas não nos tratamos como tais. São Francisco intuiu essa realidade e chamava sinceramente a todos os seres com o doce nome de irmãos e irmãs. Só sairemos de nossa atual crise se fizermos a travessia do ‘senhor e dono’ (*dominus*) para o irmão e irmã (*frater, soror*).”

>> Leia a entrevista na íntegra: bit.ly/RCC_06_PapoReto



Nossas estruturas seguem separando o que, na verdade, é junto. O maior desafio para que essa conversão ecológica aconteça é a mudança de um paradigma inteiro, que nos vendeu a ideia do consumo, do utilitarismo, dos recursos naturais, da nossa relação com a Natureza como objeto, como um recurso”, afirma Luiz.

Enquanto ativista, Luiz atua no campo ambiental há mais de 20 anos. Ele comenta que, atualmente, considerando os mais recentes achados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a humanidade encontra-se no plano B, de mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas. Os relatórios recentes do IPCC mostram que a humanidade já está com 1,1°C de aumento na temperatura terrestre e que, mesmo abaixo do aquecimento indicado de 1,5°C, já estão acontecendo consequências irreversíveis às quais não é possível se adaptar mantendo os mesmos padrões de saúde.

Ecologia e política

Outro aspecto que representa um desafio é a aproximação da pauta ambiental às posições políticas. Membro da Comissão Especial para a Ecologia Integral e Mineração da CNBB, Padre Dário Bossi acredita que existe uma distância, em geral, entre as diversas opções partidárias e a urgência de uma pauta política que enfrente a crise ambiental e climática. “Mesmo havendo uma evidente distância entre a ideologia ambiental da direita e da esquerda, é triste constatar que ambas fizeram a opção pelo extrativismo predatório e o agronegócio.”

É, nesse contexto, que Luiz aponta a importância de a Campanha da Fraternidade 2025 pautar a Ecologia Integral, considerando a relevância da grande biodiversidade brasileira em um país ainda de maioria católica.

A Natureza como sujeito de direitos

Mudar a percepção da humanidade sobre a Natureza ser considerada um sujeito de direitos é um dos objetivos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Direitos da Natureza, proposta pela Articulação Brasileira pelos Direitos da Natureza.



2ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em 2021.
Foto: Camila Mifg

Para Luiz, a perspectiva e a inserção dos Direitos da Natureza em constituições e demais leis de diferentes países têm sido considerada uma das principais e mais inovadoras contribuições dos movimentos sociais latino-americanos para a temática da mudança climática, tida como uma solução do Sul global.

Articulação Brasileira pelos Direitos da Natureza

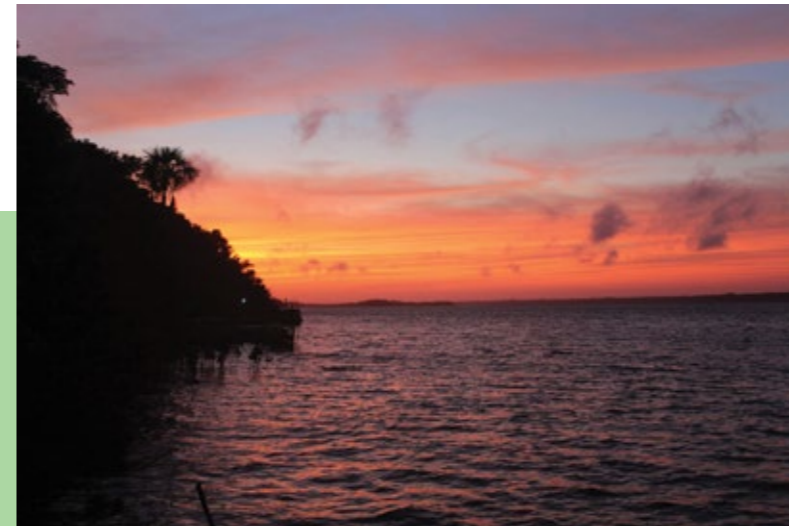
Durante a Virada Parlamentar Sustentável, o dia 4 de junho marcou a realização de uma audiência pública que debateu a PEC dos Direitos da Natureza.

A audiência foi proposta por diferentes organizações, como a Articulação Brasileira pelos Direitos da Natureza e pela deputada Célia Xakriabá. Criada em 2020, a Articulação é formada por organizações, entre elas o OLMA, que buscam atuar em conjunto para criar um processo de geração de consciência, produção de conhecimento e de incidência política, visando avançar no reconhecimento dos Direitos da Natureza, a Mãe Terra.

O grupo já publicou o livro *Direitos da Natureza: Marcos para a construção de uma teoria geral* (bit.ly/RCC_10_01), e, também, uma cartilha pedagógica (bit.ly/RCC_10_02).



Se encarada como ‘recursos naturais’, a Natureza torna-se um objeto que pode ser usado sempre em uma perspectiva antropocentrista, ao benefício do ser humano e em detrimento do bem-estar dela. Os Direitos da Natureza, inspirados no modo de vida dos povos originários e tradicionais de nosso continente, colocam uma ideia justamente de não utilitarismo. O exercício que fazemos é compreender que não só o humano tem dignidade, mas os outros seres também têm dignidade. A dignidade está calcada no fato de ser vivo, ser uma vida. Então se o humano, porque tem dignidade, tem direitos, os outros seres, por terem dignidade, também têm direitos. Trata-se de um alargamento na concepção de dignidade actuada globalmente no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, ressalta Luiz.



Margens do rio Tocantins, em frente à comunidade quilombola Mangabeira, no Pará, mostrando a importância da preservação dessas comunidades e a riqueza da paisagem amazônica. Foto: Ailton Borges

Os Direitos da Natureza na prática

Por Letícia Queiroz, da Escola de Ativismo

Nos últimos anos, houve um importante aumento no reconhecimento dos Direitos da Natureza no Brasil. O feito segue uma tendência internacional — iniciada por países como Equador e Bolívia —, que parte do princípio de que a Natureza é, sim, portadora de direitos.

A Constituição do Equador foi a primeira no mundo a reconhecer expressamente os Direitos da Natureza. O processo no país surgiu por meio do pensamento e

movimento dos povos indígenas e foi um marco global. O artigo 72 da Constituição Equatoriana afirma que “a Natureza ou Pachamama, onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.”

No Brasil, existem legislações municipais que reconhecem os direitos de rios, por exemplo. O Rio Laje, em Guajará-Mirim, cidade de Rondônia, foi o primeiro da Amazônia a ter direitos reconhecidos. A Lei Municipal 007/2023, de autoria do vereador e líder indígena Francisco Oro Waram, da etnia homônima, afirma que “ficam reconhecidos os direitos intrínsecos do Rio Laje como ente vivo e sujeito de direitos, e de todos os outros corpos d’água e seres vivos que nele existam naturalmente ou com quem ele se inter-relaciona, incluindo os seres humanos, na medida em que são inter-relacionados num sistema interconectado, integrado e interdependente.”

Conforme a ONG Mapas — organização internacional que promove caminhos para o Bem Viver e para o reconhecimento dos Direitos da Natureza — a primeira vez em que um rio teve seus direitos garantidos em lei no Brasil foi em 2018, no município de Bonito, no Agreste de Pernambuco. Na época, a legislação passou a prever amparo à preservação de seus recursos naturais, em especial dos cursos d’água.

Outro exemplo é o caso de Cáceres, no Mato Grosso. A medida havia sido aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal após luta popular pela inserção dos Direitos da Natureza na Lei Orgânica do Município. No entanto, por pressão de ruralistas, os vereadores mudaram de ideia e votaram pela revogação dos dispositivos e a conquista histórica foi derrubada.

>> Leia a matéria completa sobre o tema no site: bit.ly/RCC_10_68



Políticas públicas e o desafio do orçamento

Mesmo em um cenário de tamanha emergência, levantamentos como o do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) apontam que 15 capitais entre as 27, incluindo o Distrito Federal, não têm um plano de enfrentamento das mudanças climáticas concluído, ou seja, planos que tragam projetos de prevenção de desastres e, também, de adaptação às mudanças climáticas e de melhoria na gestão do território (saneamento básico, tratamento do lixo, etc.) (saiba mais sobre o assunto na Agenda de Pressão, na página 50).

“Na minha percepção, entre as cidades que já têm o plano, mas ainda não conseguiram implementá-lo, isso deve-se à falta de uma política orçamentária para o meio ambiente. Sempre foi ‘sobrou daqui, sobrou dali’. Além disso, dentro da história da gestão pública, Luiz analisa que planos que endereçam as mudanças climáticas ainda representam uma temática nova.

“Acredito que o caso do Rio Grande do Sul vai ser um marco e uma virada de página para a Defesa Civil, construção civil, planejamento urbano, arquitetura, engenharia e todas essas ciências, para, a partir de agora, pensar essa perspectiva [dos efeitos das mudanças climáticas].”

O papel do Plano Clima

É com o objetivo de ter uma diretriz unificada de resposta às mudanças climáticas que o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) tem investido na criação do Plano Clima, integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

A iniciativa, que servirá como guia da política climática brasileira até 2035, terá dois pilares: a Estratégia Nacional de Mitigação — que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa —, e a Estratégia Nacional de Adaptação, para diminuir a vulnerabilidade de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima e garantir melhores condições de o país enfrentar os eventos climáticos extremos.

Apesar de contar com uma etapa de consulta pública online — em que a população pode criar, votar e comentar propostas para o clima — que ainda está em fase de construção, Luiz aponta a baixa participação da sociedade civil — problematizando que o Brasil conta com desafios significativos quando o assunto é conectividade —, bem como uma falta de clareza sobre a forma como o Plano Clima vai endereçar a questão orçamentária, com as responsabilidades de cada ente bem definidas.

“O que não pode faltar, e do que tenho visto, já está faltando, é participação popular. O grande problema de processos que não contam com isso é elaborar planos e ações que, quando chegam na realidade, não encaixam, porque a política pública determina uma coisa e a comunidade afirma que precisa de outra.”

COP ou Copa?

O ano de 2025 será também um marco com a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30), ocorrendo pela primeira vez no Brasil e na Amazônia, em Belém, no Pará, entre 10 e 21 de novembro. O evento reunirá líderes e especialistas para discutir e avançar em estratégias contra a crise climática. De acordo com as estimativas, é esperado um fluxo de mais de 40 mil visitantes durante os principais dias da Conferência.

No âmbito da COP 30, muito tem se discutido sobre a preparação da cidade de Belém, no Pará, para receber um evento desse porte, e as possíveis consequências que serão geradas depois das duas semanas do encontro.

Marcos Wesley Pedroso, coordenador e co-fundador do Tapajós de Fato, veículo de comunicação popular independente que atua na região oeste do estado do Pará,

afirma categoricamente que as pessoas da localidade não sabem o que é COP e que algumas confundem com a Copa do Mundo.



As pessoas comentam ‘essa obra está sendo feita para a COP’, mas não sabem o peso que é sediar esse evento. No Brasil, trabalhamos para comer, morar e vestir. Então, as pessoas estão mais preocupadas com o impacto positivo que a COP vai ter para geração de renda e emprego nesse período. Não existe um debate mais amplo na sociedade sobre a importância da Conferência.”

Em termos de infraestrutura, Marcos cita a famosa frase “maquiar para gringo ver”, contando que muitas melhorias têm sido feitas sobretudo em locais de circulação do público da COP. É, nesse contexto, que se fazem importantes iniciativas como o Comitê COP 30, do qual o Tapajós de Fato faz parte e Marcos é assessor político.

Trata-se de uma mobilização da sociedade civil iniciada durante a COP 28, realizada em Dubai, em que organizações da Amazônia brasileira uniram esforços para construir uma agenda comum de incidência da sociedade civil na COP 30. Depois de um chamado público, hoje o Comitê conta com cerca de 60 organizações da sociedade civil distribuídas em quatro grupos de trabalho, sendo um deles dedicado totalmente à comunicação.

Para Marcos, a comunicação é fundamental para promover novos sentidos em contextos de disputa. Ele cita, no aspecto da publicidade, a conexão de emissoras de canal aberto ao agronegócio e à mineração, o que impede que abordem determinadas temáticas.

“É fundamental que existam veículos que atuam na Amazônia, mas não só, como o Tapajós de Fato, para ajudar a ecoar essas vozes em nível local, e tentar fazer com que as denúncias saiam do território e tomem outra proporção. E cabe uma crítica e um choque de realidade: aqui não trabalhamos com comunicados por *e-mail*. Tem que ser impresso porque não tem internet nas comunidades da Amazônia. Também não tem televisão e a única rádio que ouvem é a rádio rural. Então, temos que mandar mensagens no WhatsApp, mandar o programa de rádio no *pen-drive* para a rádio comunitária receber. Não dá para falar da mudança do clima de uma forma tão ampla.”

Hoje, com 27 anos, Marcos comenta que, de fato, tem visto mais jovens mobilizados e engajados, mesmo que fora dos movimentos sociais.



Eu acredito muito nas juventudes para descentralizar da internet o papel de influenciadores digitais para influenciadores do dia a dia. Quando jovens, temos esse desejo revolucionário de mudar o mundo. Essa percepção e despertar de querer falar sobre mudança do clima, política, justiça social, combate ao racismo estrutural e ambiental, à LGBTfobia, aos comentários machistas, é o que muda de alguma forma.”

Igreja rumo à COP 30: Articulação por Ecologia Integral e Justiça Climática

A Igreja Católica é um dos setores da sociedade que tem desenvolvido diferentes mobilizações com o objetivo de incidir e marcar presença em eventos como a COP 30, em vista de mobilizar outros grupos e pessoas e fortalecer seu próprio compromisso com a Casa Comum. Ao longo de 2023, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi responsável pela criação e realização da Campanha *Laudato Si'*, juntamente com o Movimento *Laudato Si'* e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil).

Logo após, surgiu a iniciativa “Igreja rumo à COP 30: Articulação por Ecologia Integral e Justiça Climática”, ação específica e destinada à preparação e participação ativa na COP 30. Padre Dário Bossi, da Comissão Especial para a Ecologia Integral e Mineração da CNBB, explica que a nova ação se consolidou por meio de um processo de escuta, que chegou a envolver cerca de 120 organizações, comunidades e movimentos eclesiais em diversos segmentos, com o objetivo de mapear o que já estava sendo pensado sobre a participação na Conferência das Partes.

A CNBB começou, então, a organizar um processo agregador dessas ideias, com o objetivo de gerar ações

no processo preparatório da COP 30 durante esse evento, para fortalecer o grau de incidência da Igreja em vista da conversão ecológica e da transformação socioambiental do planeta, à luz da Doutrina Social da Igreja.

Entre os princípios da iniciativa estão a sinodalidade — construção de processos colaborativos —, o protagonismo dos povos em seus territórios, a integração com os movimentos populares, os povos originários e as comunidades tradicionais, o diálogo inter-religioso e o diálogo com os poderes públicos e competentes.

“A história do clima muda a partir dos territórios. Essa é uma frase que estamos repetindo muito porque as grandes cúpulas globais não estão resolvendo o colapso ambiental e climático, também por causa do *lobby* das grandes corporações, as mãos atadas dos governos e, às vezes, até sua cumplicidade com o poder do capital. A força que pode mudar a história do clima é exatamente a voz e a vez das comunidades em seus territórios. Existem reivindicações muito claras, como a demarcação das terras indígenas, o reconhecimento de terras quilombolas, a proteção de defensores(as) ameaçados(as) de morte, a implementação de projetos agroecológicos e agroflorestais, o turismo solidário, a transição energética a partir de baixo, com protagonismo popular”, enumera Padre Dário.

>> Saiba mais em: bit.ly/RCC_10_69

Desafios versus conquistas da COP

“Nós temos o acesso a espaços muito limitados durante a COP. Não conseguimos participar de negociações no momento em que elas estão sendo feitas, mas sabemos da pressão que a sociedade civil faz com os diplomatas. Isso é fundamental”, destaca Marcos.

Apesar de afirmar que algumas organizações e ativistas não acreditam mais no espaço da COP como um ambiente

que possa, de fato, promover acordos, tratados e iniciativas com potencial de reverter a crise do clima, Luiz aponta que alguns progressos foram feitos.

Um deles é a promoção de uma participação efetiva de povos indígenas, com assentos garantidos em mesas de negociação, uma conquista do próprio movimento dos povos originários. O outro é o chamado Pavilhão da Fé, iniciativa inter-religiosa criada na COP 28, de Dubai, que, inclusive, já recebeu o reconhecimento do Papa Francisco, que incentivou todas as religiões a colaborarem para a paz e o cuidado do meio ambiente.



Encontro da Cúpula dos Povos Rumo à COP 30.
Foto: Caetano Scannavino

Além do Comitê COP 30, organizações da sociedade civil também têm se organizado em outros grupos e coletivos, como é o caso da Cúpula dos Povos Rumo à COP 30. Lançada durante a COP 28, a Cúpula consiste em uma articulação da sociedade civil brasileira com foco em construir, durante 2024 e 2025, um intenso processo de mobilização junto a outros países para garantir que a COP 30 seja a maior conferência mundial do clima, deixando legados relevantes principalmente para a Amazônia, que vai sediar o evento.

>> Confira aqui a Carta Política de adesão de novas organizações e movimentos à Cúpula dos Povos Rumo à COP 30. bit.ly/RCC_10_70

Brasil na presidência do G20

Paralelamente a todos esses debates, o Brasil está, em 2024, presidente do G20, grupo que reúne as 19 principais economias do mundo, a União Europeia e também, a partir de agora, a União Africana. Entre as medidas previstas durante o mandato, que vai até novembro de 2024, está o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa aprovada em evento em julho, no Rio de Janeiro. Em outra frente, está o lançamento da Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

Ao passo que muitos veem com bons olhos o Brasil ocupar temporariamente a cadeira mais alta do grupo, outras organizações da sociedade civil são reticentes e têm ressalvas quanto à própria existência do G20. Considerando que são mais de 190 países no mundo, Sandra Quintela, economista, presidente do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e membro da Coordenação da Rede Jubileu Sul Brasil, defende que o G20, na verdade, é uma plataforma pensada para o acúmulo de riquezas por grupos que já são ricos.

“Qual é a agenda do G20? A agenda é de que forma os ricos vão continuar sendo ricos, de que forma a prioridade para o pagamento das dívidas financeiras continua sendo mantida em detrimento ao pagamento das dívidas sociais, das dívidas ambientais, das dívidas históricas.”

É nesse contexto que nascem grupos como a Cúpula dos Povos Frente ao G20, um conjunto de movimentos, centrais sindicais, redes e OSCs com o objetivo de disputar a agenda e promover um debate crítico à Cúpula do G20, buscando a construção de alternativas diante dos desafios da conjuntura, além de denunciar as falsas soluções que os países membros do grupo dos 20 propõem às múltiplas crises da atualidade.

Membro da coordenação da Rede Jubileu Sul Brasil – uma das organizações que compõem a Cúpula dos Povos Frente ao G20 –, Sandra explica que uma das principais agendas dessa Cúpula é demandar do G20 a reparação histórica em prol da garantia de direitos, bem como a denúncia de problemáticas e interesses envolvendo diversas agendas, entre elas a da transição energética.

“O Brasil está se tornando um país exportador de energia, mas não precisamos de mais plantas energéticas porque somos autossuficientes; no ano passado tivemos um *superávit* energético no país. E agora estamos entrando com força total na questão das eólicas e solar, construindo grandes campos para transformar [a energia gerada] em hidrogênio verde e exportar para a Europa, que está pagando o custo da guerra da Ucrânia. É muito difícil discutir isso porque as pessoas acham que a [energia] eólica é limpa, e não é. Ela causa um impacto tremendo sobre a vida das comunidades, dos animais e da Natureza”, explica Sandra (**leia matéria completa sobre este tema na página 30**).

Para Sandra, a crise climática atual encontra sua origem no modelo econômico vigente, o capitalismo. “A transição energética é uma falsa solução para o enfrentamento da crise climática. Nós estamos vivendo uma catástrofe climática e não é porque o clima mudou. O fator gerador dessa crise climática é o modelo de produção capitalista, ou seja, tudo vira mercadoria.”

Sandra reflete que, se há anos o mundo viveu o *boom* das *commodities*, com países prosperando na exportação, a bola da vez é o *boom* da chamada descarbonização da economia. Os maiores prejudicados, entretanto, pelas ações realizadas em prol da descarbonização são grupos e territórios historicamente vulneráveis.

“São os territórios do povo pobre, da agricultura camponesa, dos quilombolas e indígenas que estão pagando o preço dessa chamada descarbonização da economia. O problema é que as soluções que estão oferecendo vão aprofundar as catástrofes em outras dimensões, na dimensão de quem sempre manteve a terra, as florestas, os biomas, as nascentes de rios. Tudo isso está comprometido agora, e o pior, associado a uma violência brutal que está se legitimando como algo normal.”

Ataques aos defensores

Em meados de julho, foram realizados atentados contra comunidades indígenas no Paraná, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, todos denunciadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Foram 6 ocorrências em 48 horas. “As agressões nesses três estados foram do mesmo estilo, no mesmo horário, do mesmo jeito. Então está começando a se criar um modo organizado de agredir. Estamos avançando em um contexto muito mais perigoso”, aponta Luiz.

>> Leia matéria completa sobre a importância dos defensores ambientais na página 33.



Entrada do território quilombola África-Laranjituba, no Pará.
Foto: Ailton Borges

Diante de um contexto que parece ser de desesperança, Sandra enumera alguns aspectos positivos dessa agenda internacional do Brasil, como o crescimento do interesse por assuntos internacionais, o que acarreta a possibilidade de formação em relações e políticas internacionais, em geopolítica e capital financeiro, sempre na perspectiva dos povos.

“No Jubileu Sul, consideramos que a própria resistência é uma alternativa. Queremos muito trazer essa perspectiva do anúncio e não ficar só na denúncia, porque a gente tem que anunciar um mundo novo, temos que encher a luta de esperança, de que vale a pena resistir e se envolver em projetos e formas de vida que rompam com esse sistema capitalista de morte, que isola e adoce as pessoas e expropria terras.”

A resposta está nos povos originários e tradicionais

Seria impossível encerrar essa reportagem sem falar que, apesar dos inúmeros debates que circundam a agenda climática, uma coisa é certa: são as populações tradicionais – povos indígenas, da floresta, quilombolas, ribeirinhos, a população negra, das periferias urbanas e rurais, mulheres e aqueles em maior situação de vulnerabilidade – as fatias que, ao mesmo tempo, menos contribuem para o agravamento da crise socioambiental e mais sofrem com seus efeitos.

Não por acaso, são essas mesmas populações que mais colocam em prática as atitudes e posturas de cuidado, zelo, generosidade, colaboração, cooperação e o mais profundo respeito e reverência ao meio ambiente, ao que é vivo e vivente. Muito disso acontece, por exemplo, pelo fato de esses grupos de pessoas enxergarem na Natureza um verdadeiro ser vivo, que merece ter a sua vida e dignidade preservadas e asseguradas (**leia entrevista completa com Ailton Krenak na página 21**).

Marcos, por exemplo, reforça que a Amazônia faz bioeconomia “muito antes de o termo existir”, o que significa que há saberes delimitados e demarcados, como ele afirma, que dão conta de como fazer um fogo controlado para fazer uma roça, ou de calcular o quanto de castanha retirar de uma castanheira para ela continuar produzindo.

“Observar essas ancestralidades e esse saber que nos antecede é fundamental. Talvez essa não seria uma solução, mas uma forma de sairmos desse estado de crise, porque é uma postura de respeito muito natural de qualquer povo ou população quilombola, indígena e de comunidade tradicional. Existe uma conexão amazônica com a floresta e com os igarapés que é muito sagrada. Há um respeito por entender que ali moram seres místicos, sagrados, encantados. E eu acho isso lindo, porque atravessa diversas religiosidades, é algo espiritual, para além da religião.”

Alternativas e caminhos possíveis

Muitas são as alternativas que povos e comunidades tradicionais já colocam em prática enquanto outras formas de produzir e consumir.

Em 2019, o Papa Francisco realizou um encontro com jovens empreendedores, economistas e transformadores sociais do mundo todo para um “compromisso no espírito de São Francisco, a fim de tornar a economia de hoje e de amanhã justa, sustentável e inclusiva, sem deixar ninguém para trás.” É daí que surge a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), que visa a uma nova economia a serviço da vida.

Outro exemplo de um pensar coletivo é o Fundo Cacimba. Com inspiração em poços do sertão nordestino, feitos e usados de forma coletiva para matar a sede, o Fundo Cacimba foi criado pelo Instituto Nua durante a pandemia de Covid-19 na região de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo, e, durante esse período, ajudou que educadores, voluntários, agentes de saúde, jovens, pequenos empreendedores e pessoas em situação de rua pudessem ter suas necessidades básicas atendidas. A pandemia deu uma trégua, mas a iniciativa continua: hoje, o Instituto Cacimba tem como missão resgatar o senso de viver e conviver em comunidade a partir da promoção do desenvolvimento solidário para o fortalecimento comunitário. São mais de 18 patrocinadores envolvidos, 15 projetos em ação e mais de 250 pessoas beneficiadas.

O fazer coletivo mostra-se central também em outra iniciativa. A Escola Marias oferece uma formação com foco em fortalecimento da agricultura urbana destinada especialmente para mulheres periféricas da região metropolitana de Recife (PE). Entre os temas debatidos pela iniciativa, lançada em abril deste ano, estão manejo e plantio e beneficiamento de alimentos. Com forte caráter social, a iniciativa também tem em seu escopo assuntos como direitos e justiça social, segurança alimentar, saúde, geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Ao todo, 100 pessoas integrantes de cinco hortas comunitárias da região participarão do projeto ao longo de dois anos, executado pelo Centro Sabiá em parceria e articulação com outras instituições locais.

São exemplos de iniciativas que, de alguma forma, observam esses princípios, promovem práticas de economia solidária, colaborativa, cooperativa, e, sobretudo, que respeitam o funcionamento do ambiente natural no qual essas ações são realizadas.

“Se eu não estou unicamente direcionado para o lucro, vou observar os ciclos da Natureza e passar a respeitá-los. Eu não vou, por exemplo, eliminar a Natureza, derrubar as matas para transformar em uma roça onde eu vou produzir exaustivamente usando agrotóxicos extremamente agressivos. Eu vou praticar uma agroecologia e passo a nutrir uma grande reverência por aquilo que a Natureza está

fazendo há milênios em favor da vida humana”, argumenta Padre Jean Poul.

Ele também cita vantagens e melhorias trazidas por práticas agroecológicas para as relações humanas, que deixam de ter um caráter de competitividade e passam a ser mais colaborativas.

“O outro se torna parceiro e fraterno. Ele não é mais concorrente ou despesa, mas vai se tornar um irmão. Vou cuidar dele ao invés de excluí-lo cada vez mais porque ele é descartável. Então ele não pode habitar a rua, passar fome, viver insegurança alimentar ou ser privado do sistema de saúde”, reflete.

* Essas e outras iniciativas compõem a reportagem especial sobre alternativas econômicas e a educação popular disponível no site da Revista Casa Comum: bit.ly/RCC_10_71

Fique por dentro

- 10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023: bit.ly/RCC_10_03
- 15 capitais brasileiras não têm Plano de Mudanças Climáticas, aponta estudo; RS e ES estão na lista: bit.ly/RCC_10_04
- Brasil foi 2º país mais letal para ambientalistas em 2022: bit.ly/RCC_10_05
- Cartilha pedagógica sobre os Direitos da Natureza: bit.ly/RCC_10_02
- Como vai funcionar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, aprovada no Rio: bit.ly/RCC_10_06
- Cúpula dos Povos rumo à COP 30: movimentos se planejam para atuar em conferência que será realizada em Belém (PA): bit.ly/RCC_10_07
- Encíclica *Laudate Deum*: bit.ly/RCC_07_62
- Encíclica *Laudato Si'*: bit.ly/RCC_07_17
- Livro *Direitos da Natureza: Marcos para a construção de uma teoria geral*: bit.ly/RCC_10_01
- Novos ataques de fazendeiros atingem comunidades indígenas em três estados: bit.ly/RCC_10_08
- O Cântico das Criaturas: bit.ly/RCC_10_09
- Observatório Nacional de Justiça socioambiental (OLMA): olma.org.br
- Plano Clima: bit.ly/RCC_10_10
- Relatório IPCC: a crise do clima já apresenta consequências irreversíveis: bit.ly/RCC_10_11

PAPO RETO

“TEMOS QUE TER A CORAGEM DE OUVIR A TERRA”, AFIRMA AILTON KRENAK

Em entrevista exclusiva à Revista Casa Comum, liderança indígena e imortal da Academia Brasileira de Letras defendeu que, ao contrário da busca da humanidade por progresso e desenvolvimento, seres humanos deveriam ter um envolvimento com o corpo da Terra a fim de produzir novos afetos e sentidos.

Por Maria Victória Oliveira



Ailton Krenak. Foto: Neto Gonçalves

“

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem –, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja Natureza. Tudo é Natureza. O cosmos é Natureza. Tudo em que eu consigo pensar é Natureza.”

O trecho acima, que integra o livro *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, faz eco à compreensão de Ailton Krenak de que é absurda a ideia de seres humanos que se descolam da Terra e vivem uma abstração civilizatória. Já em *A vida não é útil*, outra de suas obras, Krenak afirma que parece que é uma declaração da Terra que “nós não estamos com nada”.

Seja em seus livros, seja discursando em 1987 na Assembleia Constituinte com o rosto pintado com a tinta preta do jenipapo em protesto a um retrocesso na luta pelos direitos dos povos indígenas, o ativista do movimento socioambiental, defensor dos direitos dos povos indígenas, ambientalista, filósofo, poeta e escritor, analisa que a própria ideia de humanidade está na base de muitas escolhas erradas que foram feitas ao longo do tempo.

Em entrevista exclusiva à Revista Casa Comum, Krenak conta que, por vezes, diante da crise climática, ecológica e sistemática enfrentada hoje, sente-se no limite de sua capacidade de interpretar o tempo que a humanidade está vivendo. Um tempo de violência contra o corpo da Terra pelo uso de agrotóxicos, exploração das montanhas, contaminação dos rios, e uma postura egoísta por parte dos seres humanos, que desconsideram toda e qualquer outra espécie que não eles mesmos.

A violência estende-se também aos próprios seres humanos. Ao passo que há a replicação de guerras que bombardeiam o corpo da Terra, Krenak reflete sobre grupos e populações “meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens do rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes”, como analisa em Ideias para Adiar o Fim do Mundo. Não coincidentemente, são essas populações que mantêm uma conexão

COMO ERA ANTES?

Se a humanidade está, hoje, em uma posição indesejada, que encara a Natureza como recurso e perdeu a conexão com a Mãe Terra, como eram os comportamentos dos seres humanos que, de fato, tinham essa relação íntima com o espaço à sua volta?

Uma humanidade que celebra a vida

Afinal, de onde partimos? Como era a humanidade antes de chegar a um contexto de emergência e crise socioambiental generalizada? Quais eram seus comportamentos, seus costumes e crenças?

RELAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DO CORPO DA TERRA

Desconsiderar que a Terra é um organismo vivo é uma das posturas dos seres humanos que contribuíram para a perda da conexão com essa verdadeira Mãe Terra. Atualmente, são muitos os comportamentos de violação do corpo da Terra: desde a exploração desenfreada do solo e da água, até o uso de agrotóxicos para a produção de alimentos.

Ego do ser humano

Em algum momento da história, seres humanos passaram a acreditar que ocupam o centro do universo, o que teve impactos diretos e concretos no bem-estar do planeta que habitam.

“Essa humanidade que cantava o sol de todo dia foi rapidamente abduzida por uma ideia de recurso, de poder copiar alguma coisa, comer alguma coisa do mundo, e se

íntima com a Terra e que mais sofrem os efeitos das mudanças climáticas.

Diante da complexidade e interconexão entre as muitas temáticas abordadas durante a conversa, a Revista Casa Comum optou por, excepcionalmente, mudar o formato tradicional de perguntas e respostas da editoria Papo Reto. Nesta edição, nossos leitores e leitoras terão a oportunidade de navegar pelas reflexões de Ailton Krenak divididas em três grandes blocos: como eram os comportamentos de uma humanidade em profunda conexão com o meio ambiente, quais caminhos levaram à perda dessa conexão e quais são os comportamentos de violação do corpo da Terra e, finalmente, os caminhos possíveis para retomar essa relação e postura de respeito pela Mãe Terra. Cada intertítulo conta com uma reflexão introdutória da Revista Casa Comum, seguida por uma fala de Ailton Krenak.

“Até o século 18, a maior parte da humanidade vivia de pedir à Terra o pão de cada dia. Independente de você ser cristianizado, de você viver numa tribo na África, ou na América, você agradecia à Mãe Terra por estar amanhecendo o dia. Tem uma canção linda que celebra essa memória de uma humanidade gentil que se reunia no final da tarde e cantava: ‘Todo dia o sol levanta e a gente canta ao sol de todo dia’. Quando somos crianças, engatinhamos feito um gatinho no chão. Temos alegria de engatinhar com a mãozinha no chão. Às vezes, a gente até pega a terra e põe na boca, porque nós estamos imersos na Mãe Natureza, não como esse sujeito cheio de cérebro, mas como um organismo cheio de vida com um coração pulsante, com a alma totalmente entregue à beleza da existência da vida. É uma epifania. Viver é uma celebração.”

transformou nessa coisa doente. Na maioria das vezes, sou tomado por uma indignação quando observo de perto esse retrato da humanidade, e digo que ela deu metástase, que é a incapacidade de nos afetar profundamente com a vida. Os humanos ficaram tão convencidos de si mesmos que eles não agradecem mais nada, não se despedem do dia, não saúdam o amanhecer; são cérebro. Eles transformaram o pensar num exercício autorreferido. Não existe mais nada a não ser esse ego doloroso, doente, que só precisa de coisas: uma casa, um carro, um prédio, uma cidade, um país, um planeta, um satélite. Esse pobre humano conseguiu se transformar nessa coisa tão miserável e o caminho que ele teve que fazer para chegar a esse lugar alguns cientistas chamam de ‘especismo humano’. Quer dizer, nós nos atomizamos e ignoramos que existem outras espécies. Só existe a espécie humana. A gente baniu tudo que poderia nos animar a uma existência

comum e coletiva e nos tornamos um ego sozinho no mundo, comendo mercadoria.”

Globalização, devoração da Terra e modernidade

Será que o processo da globalização contribuiu, de alguma forma, para o rompimento da relação íntima com o corpo da Terra? O que aconteceu com a humanidade nesse meio do caminho? O que a levou a essa transformação?

“Nós estamos imersos em uma realidade mental ampla que se compara com o termo globalização, forjado pelos economistas e planejadores, para identificar um período da história da humanidade em que todos estaríamos imersos numa quase que paixão pela mercadoria. Nós passávamos a nos relacionar com a vida no planeta não mais como uma dádiva, mas como uma disputa, uma corrida, onde nós viemos disputar o mundo, uma devoração desta Terra maravilhosa, que durante milhares de anos os nossos ancestrais compartilharam como uma dádiva. [...] A ideia da globalização, esse fenômeno, digamos, sociopolítico e econômico que reúne várias ações simultâneas, fundiu numa mesma iniciativa dos humanos o domínio material do corpo da Terra e a tentativa de controlar o desenvolvimento do que vai acontecer daqui para frente com os organismos da Terra.”

Sociedade da mercadoria

O que significa, afinal, essa “paixão pela mercadoria”? Ela está relacionada com a separação entre seres humanos e a Terra? Como eles foram se distanciando, aos poucos, dessas partes constituintes da Terra, como a água, a própria terra e os minérios, que, em uma abordagem materialista e utilitarista, são, por vezes, tratados como meros recursos?

“Davi Kopenawa, esse nosso irmão Yanomami, publicou o livro A Queda do Céu, onde ele diz que os brancos se constituem na sociedade da mercadoria. [...] Essa ideia pode ser percebida como uma espécie de moto contínuo. Começamos fazendo um pequeno afastamento desses outros organismos vivos da Terra, e passamos a observar o corpo da Terra como alguma coisa que a gente pudesse esquadrihar: ali tem areia, ali tem terra, ali tem água, ali tem minério, ali tem madeira, ali tem fontes de energia que a gente pode transformar. E esse humano começou a fazer uma distinção entre esses constituintes do organismo da Terra como partes que ele podia manipular. Essa ideia de manipular o organismo da Terra é que permitiu aos humanos pensar a água como recurso, a floresta como recurso, uma montanha como recurso. Há muito tempo eu insisto dizendo: os brancos olham uma montanha e calculam quantas toneladas de minério ela pode proporcionar. Eles não conseguem ver a beleza da montanha. Eles não conseguem ouvir o rumor da montanha, mas a montanha fala [...]. Em muitos momentos da nossa história recente, a terra passou a ser dinheiro, patrimônio. Quando famílias ricas, reinos e governos passaram a disputar o corpo da Terra como patrimônio, nós,

na verdade, começamos a decair em um abismo infindável. Nós não podemos continuar tratando todo o corpo da Terra como mercadoria, nem em partes, nem no geral.”

Envenenamento do corpo da Terra

O distanciamento, a perda do vínculo e da conexão entre seres humanos e o corpo da Terra contribui para atitudes ainda mais agressivas, como o uso de agrotóxicos, pesticidas e defensivos para a produção agrícola, ao que a Terra responde com frutos sem vitalidade e envenenados.

“Boa parte da atividade desenvolvimentista do planeta hoje envenena os corpos, seja o corpo da Terra, seja indiretamente nós, os filhotes dela, que já adoecemos faz tempo e não somos capazes de distinguir o que é uma fruta envenenada e o que é um fruto saudável. Uma amiga minha que cultiva bananas cortou o cacho de banana que costumava amadurecer em três dias. Ela falou que neste tempo o cacho de banana ficou preto, necrosou. Os pés de banana de onde ela foi extrair estavam sendo cultivados no solo que já tinha sido supercalçado com remédio para matar formiga e minhoca. Quer dizer: primeiro matam o solo. Agora o solo estava devolvendo banana morta. É uma parábola horrível sobre como nós estamos nos relacionando com o organismo da Terra, tratando tudo como mercadoria.”

A perspectiva de não ter mais água

Além da alimentação, a postura de maltratar, atacar e agredir o corpo da Terra também terá efeitos no abastecimento de água, o que não poderá ser revertido com medidas alternativas, como a dessalinização da água dos oceanos.

“Nós estamos chegando a um colapso irreparável com relação ao abastecimento e fornecimento de água. As montanhas são organismos que guardam a água. Se cortar a montanha, não vamos ter água. Os desenvolvimentistas falam: ‘Vamos dessalinizar a água do oceano, transformar em água potável.’ Quem vem com essa ideia para resolver a questão das águas que nós estamos esgotando é de uma desrazão absoluta, porque as águas do oceano têm uma função ao serem salgadas. Se nós quisermos transformar tudo em uma mesma coisa, monocultura, nós vamos finalmente concluir esse movimento de homogeneização da vida no planeta até que não seja mais possível a produção da vida, que precisa de diversidade, complexidade, pluralidade. Não existe ‘monovida’. A vida é essa explosão incessante de sentido. Talvez seja isso que algumas culturas chamam de Deus.”

Viver é extraordinário

Krenak tece uma crítica a religiões que pregam a ideia de que, ao morrer, os seres humanos vão para um lugar melhor do que a Terra. Segundo o ativista, a ideia de outro lugar poderia ser encarada como um “aval” para o não cuidado da Terra.

“Muitos povos não conseguem sair dessa apaixonante relação com os organismos vivos do planeta e nem precisam abstrair uma ideia de qualquer entidade supranatural, porque entendem que o sobrenatural é estar vivo. Experimentar a vida com toda a sua potência é sobrenatural. Então, a gente não precisa ficar abstraído a ideia de que tem alguma coisa incrível fora daqui e que a gente vai para lá. Essa ideia me aborrece um pouco, porque tem muita gente que acha que pode descartar esse planeta porque tem um outro lugar para ir. A maior parte das grandes religiões do planeta acham que tem esse outro lugar. Essa ideia conspira contra o respeito e a valorização da vida onde nós estamos agora. Quem está querendo ir para outro lugar, não ama o lugar que está. E o amor é a única maneira de nós nos reconciliarmos com a vida nesse organismo vivo da Terra, porque ela é viva. Ela não é uma plataforma inerte que a gente pode cortar, picotar, exportar.”

Um chamado contra as megalópoles mundiais

Outra problemática quando o assunto é a crise climática são as grandes cidades mundiais. Afinal, quanto de energia é necessário gerar para manter funcionando uma cidade como São Paulo? E Londres, na Inglaterra? E Nova York, nos Estados Unidos? Esses “monstros de metrópoles” são, para Krenak, um reflexo de um comportamento que sobrecarrega o corpo da Terra.

A RESPOSTA ESTÁ NA MÃE TERRA

Diante de tantas violações, afinal, há esperança? Quais são os caminhos possíveis para retomar a relação e postura de profundo respeito e reverência pela Mãe Terra?

Contato íntimo com a floresta

Mergulhar na compreensão de que os ecossistemas, os biomas e territórios onde se inserem os seres humanos são suficientes para sua sobrevivência pode ser um dos caminhos para retomar uma postura de cuidado com o meio ambiente.

“Nego Bispo, um quilombola lá do Piauí, uma pessoa muito especial, dizia: ‘A Terra dá, a Terra pede’. Isso é a experiência de alguém que viveu dentro do ciclo de dádiva da Terra. Chove, a terra floresce. Seca, a terra míngua. Convivendo com os meus parentes na floresta, eu aprendi que a floresta é farmácia, é hospital, é supermercado. A floresta é tudo. Não precisa esse tanto de coisas que a gente inventa. Andamos por aí nos escorando em aparatos que a gente inventa, porque nós não somos capazes de ficar tranquilos e receber a vida como dom. A vida é tão maravilhosa

“Nós não temos necessidade de 90% das coisas que sobrecarregamos o corpo da Terra hoje. O corpo da Terra está aviltado pela nossa ganância. A gente não precisa desses monstros das metrópoles, que se constituíram em sumidouros de energia. De onde vamos tirar energia para esses buracos que estão no corpo da Terra? Do próprio organismo da terra, dos oceanos, das florestas, dos rios. É uma equação totalmente inviável. Debates de engenharia e arquitetura estão tomando o meu texto Saíam desse Pesadelo de Concreto, que fiz com meus colegas da Universidade Federal de Minas Gerais, como um alerta para gente parar de investir na infraestrutura das grandes metrópoles e começar a pensar a horizontalidade, ocupar outros espaços, ir buscar outros lugares para viver. O agronegócio ocupa milhões de hectares para jogar veneno no corpo da Terra. Nós deveríamos estar interpondo nosso corpo a essa drogadição do corpo da Terra e cuidando da Terra com o nosso corpo. É isso que os Kaiowá Guarani fazem no Mato Grosso do Sul e toda hora aparece uma família sendo atacada. A gente vive com essa afronta sociológica, antropológica, econômica, essa ideia de habitar a cidade cheia de concreto, ferro e cimento. As pessoas continuam investindo nisso porque dá dinheiro. Eu queria saber se pelo menos um décimo da população de uma cidade como São Paulo teria coragem de reconstruir suas vidas na floresta, no campo, no Cerrado. A floresta é um jardim que foi cultivado pelos nossos ancestrais, que deveríamos considerar o lar ideal. Então, quando digo fuja da caixa de concreto, eu estou dizendo para as pessoas que ainda dá tempo de abandonar essas estruturas doentes da cidade e buscar outras maneiras de viver.”

que a gente não precisava fazer nada, mas a gente quer enlouquecer, pirando, virando o mundo de cabeça para baixo achando que, com isso, nós vamos resolver alguma coisa. [...] Meu querido [Davi] Kopenawa Yanomami me disse: ‘Quando estou me sentindo totalmente assolado por ameaça de morte e de violência, pego uma trilha, busco um lugar dentro da floresta, deito no chão e esqueço de mim. Quando desperto, eu estou pronto para resolver todos os problemas.’ Quando meu amigo Davi Yanomami me disse que ele se restaura entregando o corpo dele para Terra literalmente, eu achei isso tão maravilhoso, que eu tomei isso como uma pedagogia da Terra. Quando falo que a gente tem que ouvir a Terra, estou falando que a gente tem que se misturar com ela. O nosso corpo tem que se misturar com o corpo da Terra. Não tem nada a ver com o intelecto, não é cognitivo no sentido mental. É uma experiência radical: a gente tem que se enfiar no corpo da Terra para que ela nos acolha, nos dê linguagem, produza em nós outros sentidos para além dessa crônica situação em que os humanos se meteram e que não sabem mais voltar para casa. Quer dizer, a única maneira de voltar para casa é se enterrando.”

Terra: organismo vivo

Se a ideia, então, é buscar uma reconexão com a Terra e aprender com ela os caminhos possíveis para isso, é possível afirmar que a resposta da crise atual, um contexto não só climático, mas social, econômico e político, está na compreensão da Terra enquanto organismo vivo. Enquanto para povos e comunidades tradicionais isso significa uma parte estruturante de quem são, para o restante da humanidade essa compreensão veio com estudo e investigação científica.

“Um grupo de cientistas no final do século passado, pesquisando com recursos da Nasa, atinaram que a Terra é um organismo, não uma plataforma inerte que a gente soca, corta, muda de lugar. E por ser um organismo, dependendo de como a gente mexia, ele reage e pode reagir de uma maneira que não somos capazes de acompanhar, que vai nos expelir do corpo da Terra. A modernidade assolou como uma peste a sensibilidade dos humanos em diferentes culturas na Ásia, na África, nas Américas. Não podemos continuar abrindo shopping, prometendo tudo, querendo mandar foguete para o espaço, querendo colonizar Marte ou a Lua. A gente já perdeu o domínio da nossa relação com o planeta Terra, com esse organismo vivo. Teremos que nos

reconciliar com ele, mas não nos termos dos humanos. Nós vamos ter que nos reconciliar com a Terra nos termos dela. É por isso que eu digo que é ela que nos educa. A gente tem que ter a coragem de ouvir a Terra. O divórcio que nós experimentamos com a nossa Mãe, a Terra, não vai ser resolvido com as nossas próprias artimanhas, nós vamos ter que pedir a ela.”

Produção de novos afetos e esperar o religar da Casa Comum

“Precisamos mudar o paradigma: ao invés de buscar progresso e desenvolvimento, nós deveríamos buscar envolvimento, a gente tem que se envolver com o rio, a floresta, a montanha, com o corpo da Terra. Depois desse envolvimento, nós vamos produzir outros afetos, vamos ser capazes de outros sentimentos. [O conceito de Casa Comum] evoca em mim um esperar, uma utopia, um desejo de que essa trôpega humanidade arrume uma maneira de se acalmar, sentar e ouvir uns aos outros. Só isso, nada mais.”



“Trago comigo uma sinfonia”

Em abril de 2024, Ailton Krenak tomou posse como o primeiro indígena a se tornar “imortal” da Academia Brasileira de Letras. Ao contrário do que muitos podem pensar, sua presença na instituição não é só uma representação dos povos indígenas, ela traz consigo a tradição da oralidade dos povos, que carregam em seus representantes verdadeiras bibliotecas vivas, bem como a infinita diversidade entre as 305 etnias e 274 línguas, além de trazer todo paradigma ancestral em que a Natureza somos todos nós.

Série especial “Minutos com Krenak”

A entrevista exclusiva que a Revista Casa Comum promoveu com Ailton Krenak virou uma série especial em vídeo. Nos episódios, é possível conferir outras ideias, comentários e percepções de Krenak e aprofundar os temas abordados neste Papo Reto.

>> Assista: bit.ly/RCC_MinutosComKrenak

Fique por dentro

■ Artigo *Saíam desse Pesadelo de Concreto*: bit.ly/RCC_10_12

■ Discurso de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte, em 1987: bit.ly/RCC_10_13

■ Live pública com Ailton Krenak no programa URBE URGE, uma iniciativa do BDMG Cultural, com apoio do grupo de pesquisa Cosmópolis, da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que deu origem ao artigo *Saíam desse Pesadelo de Concreto*: bit.ly/RCC_10_14

RAIO-X

O CLIMA PESOU!

Problemas globais, efeitos locais. Entenda o impacto das mudanças climáticas e a interconexão entre os biomas brasileiros.

Por Rodrigo Bueno

O mundo mudou. Radicalmente. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), já estamos em um cenário de colapso climático. Uma ameaça real ao bem-estar humano e à saúde do planeta. A emergência climática que vivemos está em um quadro médio de temperatura global de 1.5°C acima dos níveis pré-industriais.

No Brasil, país de dimensões continentais, as evidências são diversas – e estão conectadas. Das secas no Norte às enchentes no Sul; das queimadas no Pantanal aos deslizamentos na faixa litorânea. Eventos com impactos territoriais e, também, em outros biomas.

Mais do que os prejuízos ambientais e atmosféricos, estamos falando de vidas que são cada vez mais impactadas, especialmente as dos territórios e das populações mais vulneráveis.



Ilustração:
Clarissa Monteiro

Como a emergência climática afeta as condições ambientais e a vida das pessoas?



Menos chuva e períodos estendidos de seca.



Aumento do nível do mar e maior possibilidade de enchentes.



Ondas de calor nunca antes vistas no planeta.



Derretimentos das geleiras, como a dos Andes, na América do Sul.



Maior chance de furacões, em especial na América Central.

E, por consequência, novos eventos migratórios – os chamados refugiados climáticos – e aumento dos riscos da população para enfrentar doenças, fome e sede.

Brasil conectado: eventos de um bioma afetam os demais

Tudo está interligado. A falta de umidade no Norte prejudica a formação de chuvas em outros estados. Assim como as massas de ar quente no centro do país bloqueiam a frente fria que vem do Sul, fazendo com que essa instabilidade fique na região.

Quase um quarto do Brasil queimou desde 1985

(199 milhões de hectares ou 23% do território nacional). As queimadas têm impacto imediato no aquecimento global.

Foram queimados, neste período,

88,5 M de hectares no Cerrado;

82,7 M na Amazônia;

11 M na Caatinga;

7,5 M na Mata Atlântica,

8,9 M no Pantanal e

518 mil no Pampa.

A área de desertificação no Brasil atinge aproximadamente

38 milhões de pessoas; o fenômeno

afeta especialmente os estados da região Nordeste.

(Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima).

No primeiro semestre de 2024,

1.024 cidades brasileiras

estiveram sob a classificação de **seca entre extrema e severa** (a mais alta da escala).

Quase **95% das cidades gaúchas foram afetadas pelas chuvas**

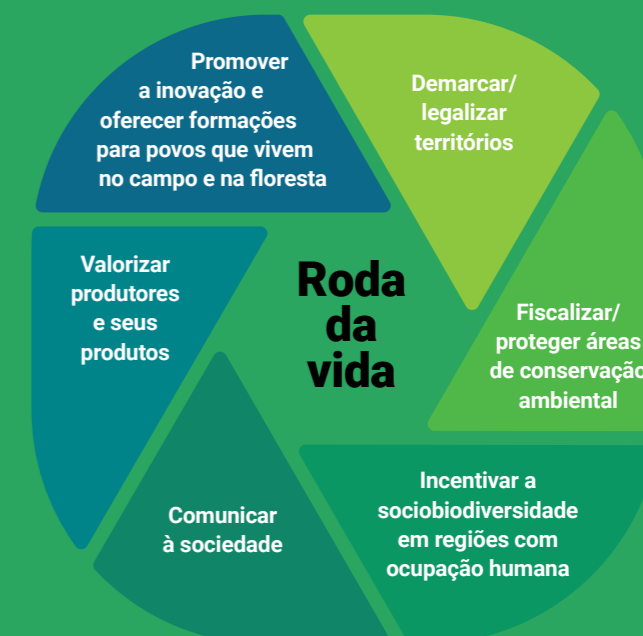
de abril e maio de 2024, segundo dados da Defesa Civil do estado. A tragédia resultou em 678,6 mil desalojados; 11,3 mil feridos e enfermos; 3,6 milhões de pessoas afetadas, segundo a Confederação Nacional de Municípios (maio/2024).

Fontes: Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (gov.br/cemaden), Confederação Nacional de Municípios (bit.ly/RCC_10_15), MapBiomas Brasil (mapbiomas.org), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (bit.ly/RCC_10_16).

Rios voadores

Parece poesia, mas é ciência. Esse fenômeno acontece na Amazônia e se dispersa por todo o país. Trata-se de um tipo de umidade, produzida pelas árvores, que cai em correntes de ar. Sem essa mágica perfeita da Natureza, alguns territórios se tornariam verdadeiros desertos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), uma árvore de 10 metros de diâmetro pode produzir mais de 300 litros de água por dia.

A vida acontece em rede. A água que surge na Amazônia aplaca o fogo do Cerrado





Justiça climática

Cientistas preveem que mais de **100 milhões de pessoas**, no mundo, serão empurradas para a pobreza até 2030 devido às mudanças climáticas.

As comunidades mais expostas aos eventos extremos são as que, ao longo da história, menos contribuíram para o quadro de colapso climático da atualidade.

Os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por 34 a 35% das emissões de gases de efeito estufa. Enquanto os 50% com menor renda são responsáveis por apenas 13 a 15% das emissões.

De acordo com pesquisa do Greenpeace Brasil, 70% das pessoas pertencentes às classes D e E afirmam sentir insegurança em relação a desastres relacionados ao clima.

O mesmo estudo aponta que, entre as pessoas pretas, 49% expressam falta de confiança nas prefeituras de suas cidades para prevenir ou reduzir desastres climáticos, em contraste com os 35% entre pessoas brancas.

Caminhos para o futuro

Boas práticas que contribuem para o equilíbrio da temperatura e a mitigação de emergências climáticas:

1 Proteger e valorizar povos indígenas

A demarcação de Terras Indígenas é uma política essencial. No Brasil, os povos indígenas ocupam **13,8% do território nacional**, e **22,6% da região amazônica**. De acordo com a *The Nature Conservancy (TNC)*, essas terras abrigam **80% da biodiversidade remanescente no mundo** e **17% do carbono florestal do planeta**. Contudo, suas populações seguem sendo estigmatizadas e enfrentam diversos desafios. Das Terras Indígenas, **448 já foram homologadas ou regularizadas**, mas há, pelo menos, outras **316 contabilizadas** pela FUNAI com processo de demarcação inconcluso.

2

Preservar as florestas e reflorestar

Evitar cair na armadilha do mercado de carbono, tomando cuidado com os chamados "cowboys do carbono" e com a grilagem virtual da terra.

Apoio técnico e leitura crítica

Para fazer valer nosso compromisso com a informação precisa e fontes confiáveis, contamos com o apoio do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, uma das maiores organizações da sociedade civil (OSCs) do Brasil dedicadas à agenda socioambiental. Nossos agradecimentos às especialistas que apoiaram esta edição: Andrea Pupo, Cibele Quirino, Neluce Soares e Paula Piccin. Para conhecer as iniciativas do IPÊ, incluindo as que operam em vários dos temas citados neste especial, acesse: ipe.org.br.

Outras referências consultadas

- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab): coiab.org.br
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: bit.ly/RCC_10_74
- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM): ipam.org.br
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA): www.gov.br/inpa
- Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB: iieb.org.br
- Pesquisa *Justiça Urbana*, do Greenpeace Brasil, em parceria com o Ipec: bit.ly/RCC_10_72
- Programa Vozes pela Ação Climática Justa (VAC): bit.ly/RCC_10_73

3

Investir em corredores ecológicos

De acordo com o ICMBio, trata-se de um instrumento de gestão e ordenamento territorial. Com essa estratégia, é possível "religar" áreas naturais isoladas, ou seja, as tais ilhas verdes, em meio à malha urbana e rural. Assim, a flora e a fauna desses oásis podem se reconectar, a partir da restauração florestal.

4

Expandir sistemas agroflorestais

Modelo sustentável para o uso do solo. Trata-se de um tipo de manejo que combina cultivos agrícolas com árvores nativas e exóticas, em especial de frutíferas. Técnica que precisa ser mais difundida, em especial para pequenos produtores e agricultores familiares.

5

Ampliar o número de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Territórios nos quais vivem comunidades tradicionais. Seu modo de vida combina a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, gerando renda e dinamizando a economia local. Entre os modelos possíveis, estão as Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (Flona).

EM PAUTA

AVANÇOS E DILEMAS: AS CONTRADIÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO BRASIL



Parque eólico em comunidade do Rio Grande do Norte. Foto: Joadson Silva

A crise climática exige mudanças na matriz energética mundial e o Brasil enfrenta desafios para realizar uma transição energética justa.

Por Isadora Morena

“Hoje a gente enfrenta um problema mundial, que é o avanço da crise climática. Uma das principais estratégias para que a gente não tenha um agravamento dessa crise é a diminuição da emissão de gases de efeito estufa”, explica Bárbara Gomes, 28 anos. Engenheira de Energias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a jovem participou da COP 28, em 2022, no Egito, e hoje é consultora em Energia e analista em Justiça Climática.

De acordo com Bárbara, uma das mais importantes mudanças a serem feitas globalmente para redução do efeito estufa é a não utilização de combustíveis fósseis –

como o carvão mineral, o gás natural e o petróleo –, como principal recurso para a produção energética.

Apesar de as indústrias e do setor de transporte no Brasil ainda serem cadeias produtivas muito carbonizadas, ou seja, que utilizam os recursos fósseis como fonte energética, o país tem ampliado a produção de energia elétrica por meio de fontes renováveis, a partir de hidrelétricas, usinas eólicas e de placas solares.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no ano de 2023, 93,1% da energia elétrica produzida no Brasil foi de fonte renovável. O número representa um recorde histórico considerando que esse índice é analisado desde 2013.

O avanço é notório. Porém essa transição energética tem ocorrido de forma justa e sustentável no país? Há muitas evidências de que não é assim.

Primeiramente, deveríamos chamar essa transição de “minerio-energética”, porque, para produzir as chamadas “energias limpas”, é necessário concentrar grandes quantidades de terras raras e minerais como lítio, grafite, cobre, etc. O extrativismo predatório desses minerais aumentou criticamente, especialmente em América Latina e África, provocando graves conflitos e violações socioambientais.

Além disso, há os casos de violação aos direitos humanos e os impactos socioambientais registrados em áreas de funcionamento de hidrelétricas – como o caso de Belo Monte, no Pará – e de instalação de grandes parques eólicos e solares – como vem vivenciando estados nordestinos, como o Rio Grande do Norte.

Segundo Bárbara, “nenhuma forma de transformação de energia é totalmente limpa e seja qual for o tipo de construção, de empreendimento energético, ele vai ter impacto. Então, a gente precisa que tenha o menor impacto possível e, dentro desse contexto, precisa também ser benéfico para as comunidades que estão em volta.”

Porém, esses benefícios às comunidades não são vistos no Rio Grande do Norte, por exemplo. É o que afirma o historiador e arqueólogo Joadson Vagner Silva, de 31 anos. O pesquisador é morador de São Vicente, cidade incrustada no Seridó potiguar, território semiárido que vive o intenso avanço de implementação de parques eólicos e solares.

Joadson integra o Seridó Vivo, coletivo de pesquisadores e moradores da região. “Atuamos frente a esses grandes empreendimentos de energias renováveis, que têm chegado aqui como solução, mas, na verdade, têm aumentado os problemas. Tem sido uma falsa solução nesse contexto atual que se chama transição energética”, explica. O grupo compõe o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR).

De acordo com o pesquisador, 5% do Rio Grande do Norte já está arrendado ou vendido para empresas geradoras de energias renováveis, sendo que os impactos advindos das usinas são diversos, sejam físicos, bióticos ou socioeconômicos.

Para exemplificar a destruição provocada, Joadson explica que a instalação desses empreendimentos já é o segundo principal causador de desmatamento da Caatinga no país, e, no Rio Grande do Norte, é o principal fator. A Caatinga é um bioma que só existe no semiárido do nosso país e sofre com sérios problemas de perda de biodiversidade por ser pouco preservado.

Segundo a Embrapa, pesquisas recentes revelam que “a Caatinga demonstra elevada eficiência no uso de carbono, superando até mesmo as florestas da Amazônia.” É, nos territórios com maior preservação de Caatinga no Seridó, que os empreendimentos estão se instalando: as áreas serranas.

Outro desafio é o fato de os territórios que antes serviam para a agricultura familiar, serem agora verdadeiros latifúndios para a geração de energia e sem retorno social para essas comunidades. “Na região da Serra de Santana, mais de três mil propriedades deixaram de produzir alimento para virar áreas produtoras de energia.” O dado é um levantamento feito pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Rio Grande do Norte (FETARN).

Há também muita poluição sonora e uma forte poeira na região, o que tem provocado adoecimentos e intenso êxodo rural. “É muito comum você se deparar com população rural que não tem mais sossego, tendo que tomar medicamento, para conseguir, por exemplo, dormir. Tem sido, inclusive, muito relatada uma patologia diagnosticada na França, que se chama Síndrome da Turbina Eólica, que é justamente por conta do incômodo que esses empreendimentos causam”, ressalta Joadson.

Entre outras questões, o pesquisador ainda elenca as perdas culturais com a desagregação social e os riscos que os parques arqueológicos da região enfrentam, podendo existir severos danos ao patrimônio histórico local.

Questionado sobre o que seria uma transição energética justa, o seridoense afirma de forma categórica: “Seria um modelo baseado na autonomia por parte de comunidades para gerar energia, e não essa transição energética presa aos interesses do capital por meio dos grandes conglomerados. Temos diversos exemplos no Brasil de geração de energia de forma comunitária, descentralizada. A centralização aumenta os impactos justamente por conta de toda a infraestrutura concentrada.”

Para Joadson, as energias renováveis são muito interessantes, mas o modelo escolhido no Brasil, que beneficia muito mais o grande capital, é o que tem trazido os problemas. “Não é a energia em si, é o modelo escolhido. E o que nós temos visto é exatamente empresas, muitas da Europa ou do Brasil, que têm uma história ligada à geração de energia por meio de combustíveis fósseis, migrando para explorar as energias renováveis, inclusive com todo o seu cabedal de injustiças socioambientais.”

“**Como a Caatinga é o bioma semiárido mais habitado por populações humanas do mundo, conseqüentemente também vai gerar diversos desafios sociais, como é o caso da apropriação de territórios tradicionais por parte das empresas, e aí tem uma série de problemas, como é o caso dos contratos fraudulentos, aqueles que só beneficiam as empresas e deixam os arrendatários no prejuízo**”, conta Joadson.

Iniciativas inovadoras



Vista parcial da Usina Fotovoltaica Flutuante. Foto: Ascom - Aedas

Como exemplo de outro modelo possível de geração de energia renovável está o projeto Veredas Sol e Lares, realizado em Minas Gerais via Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O projeto resultou na instalação de uma usina de placas de energia solar flutuante (UFVf) sobre o reservatório da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Marta, localizada no município de Grão Mogol (MG). O grande diferencial é que ela é gerida por uma associação de famílias que são beneficiadas com o recebimento de energia.

“O projeto consiste em uma iniciativa protagonizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. É uma semente da luta defendida pelo movimento em torno do Projeto Energético Popular, que seja capaz de associar, entre outros, a geração de energia ao protagonismo e aos interesses populares, visando o desenvolvimento regional”, explica Luis

Shikasho, coordenador de projetos da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), que executa o projeto junto ao MAB.

A usina tem uma potência de energia estimada de 1.816 MWh/ano. Parte dessa geração é destinada atualmente para aproximadamente 600 famílias de 19 municípios do semiárido mineiro. Outra parte é destinada para pessoas físicas e jurídicas, que são parceiras da iniciativa e colaboram para o custeio das atividades de gestão, operação e manutenção da usina.

De acordo com Luis, é possível perceber uma série de benefícios em projetos como o Veredas Sol e Lares. “Para populações de baixa renda, com geração de energia própria, os custos são reduzidos e permitem aplicação em outras demandas”.

Além dos aspectos econômicos, Luis destaca que o projeto fomentou um olhar coletivo, comunitário e regional para grandes temas, como o atual modelo de energia do país e os impactos de grandes projetos que historicamente aprofundam desigualdades.



Saiba mais

Confira outros debates sobre o tema na matéria produzida pela Revista Casa Comum, a partir das discussões realizadas no **Seminário CEBDS 2024: Transição Energética Justa Integrada à Natureza e Sociedade**.

>> Acesse: bit.ly/RCC_10_76



Fique por dentro

- Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas): aedasmg.org
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): ccee.org.br
- Coletivo Seridó Vivo: bit.ly/RCC_10_17
- Embrapa: embrapa.br
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): mab.org.br
- Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR): bit.ly/RCC_10_18

EM PAUTA



Casas destruídas por conta da tragédia em Brumadinho (MG). Foto: Andressa Zumpano

QUEM PROTEGE QUEM DEFENDE OS DIREITOS HUMANOS E SOCIOAMBIENTAIS?

Segundo a Pastoral da Terra, 218 pessoas foram ameaçadas de morte no campo brasileiro em 2023. Já a Terra de Direitos e a Justiça Global contabilizam mais de 1.100 casos de violência contra defensores de direitos humanos e 169 assassinatos nos últimos anos.

Por Elvis Marques

“25 de janeiro de 2019. Eu estava chegando a Belo Horizonte [MG], vindo do Espírito Santo. Foi quando recebi a mensagem de uma pessoa desesperada relatando que a barragem da Vale, numa das minas do Córrego do Feijão, havia se rompido. O pavor era ainda maior pelo que não se sabia, dos mortos e do que viria pela frente.”

O relato é de dom Vicente de Paula Ferreira, bispo atualmente da Diocese de Livramento de Nossa Senhora (BA). Na época do fato narrado, o religioso era bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte (MG). Anos antes, em

2017, ele havia sido designado para trabalhar no Vale do Paraopeba, cujo centro urbano maior é a cidade de Brumadinho – epicentro do rompimento da barragem da empresa Vale.

Retornando ao dia que entrou para a memória do Brasil como um dos maiores crimes socioambientais, dom Vicente chegou em Belo Horizonte e já partiu para Brumadinho. “A noite foi povoada por uma tristeza aguda. Vários grupos de famílias reunidas, no desespero por alguma notícia, estavam espalhados pelas ruas. A cidade já se encontrava em um luto coletivo”, relembra.

O bispo explica que os primeiros meses após o rompimento da barragem foram intensos. “A matriz de São Sebastião [em Brumadinho] foi ponto para conferir a lista dos mortos, rezar, chorar, partilhar as dores.”



Compreendi, desde o início, que Brumadinho não era um episódio isolado e sim o resultado de um sistema global que coloca o lucro de poucos acima da vida de muitos e de nossa Casa Comum.”

– Dom Vicente Ferreira

A cobrança por justiça

No ano seguinte, no primeiro aniversário do rompimento da barragem, aconteceu a Romaria pela Ecologia Integral a Brumadinho, a qual contou com a presença de milhares de pessoas.

“A partir de tantas movimentações, comecei a frequentar grupos nacionais e internacionais, como a Comissão de Ecologia Integral e Mineração da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil]. Ajudei a criar o Coletivo de Atingidos de Brumadinho, um grupo que permanece unido até hoje. Vi minha missão de pastor passar por uma verdadeira transformação no bojo de tantas agendas de fé e luta”, explica o bispo.

A organização social e a cobrança por justiça, no entanto, resultaram em descontentamento em algumas parcelas da sociedade, e, inclusive, uma série de ameaças e tentativas de intimidação ao trabalho que vinha sendo realizado pelo bispo e demais atores sociais.

“Se, no início, a prioridade era a consolação, a presença afetiva, a entrega das doações, com o passar do tempo aumentei o grito por justiça. Uma das primeiras narrativas com a qual me comprometi pode ser assim resumida: ‘não foi acidente, foi crime.’ Isso foi dito nos territórios locais e nas incidências nacionais e internacionais. Sempre carreguei comigo, como faço até hoje, o nome, a foto e a memória das 272 vítimas fatais, dos corpos ainda não encontrados, e a história de tanta gente e da Natureza ferida”, comenta.

Uma das primeiras ofensivas contra o bispo ocorreu na madrugada antes da Romaria, quando faixas foram espalhadas pela cidade com críticas e lançando suspeitas à sua atuação.

“Em vários momentos, as redes sociais foram palco de ataques e de difamação. Uma vez chegaram a desferir golpes no carro em que eu estava. O momento mais dramático culminou com uma ameaça de alguém que portava uma arma, quando eu estava saindo de uma missa. Esse episódio aconteceu no final do ano de 2022. Entrei, então, para o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Por alguns meses, recebi escolta policial”, explica.

Apesar da perseguição, o bispo argumenta que essa “traumática experiência” pode ser chamada de “conversão ecológica”. “Fortaleci em mim uma visão extremamente crítica em relação ao modelo neoliberalista que domina nosso globo terrestre. A mineração, o agronegócio, a chamada ‘transição energética’, estão operando em função de 1% da sociedade global, que concentra mais de 50% das riquezas do planeta. Essa realidade, além de causar uma absurda injustiça social, tem levado nosso generoso planeta Terra à exaustão de suas fontes vitais.”



Ecologia Integral é um tema transversal e urgente. Daqui pra frente será uma questão de sobrevivência mudar a relação do ser humano com a Terra. E as religiões podem dar uma contribuição valiosa para isso.” – Dom Vicente Ferreira

Histórias e ameaças que se repetem

Toda a história relatada e vivenciada por dom Vicente, infelizmente, se repete ano a ano no Brasil: ameaças de morte, agressões, assassinatos, exposições a algum tipo de vulnerabilidade física e psicológica. Esse é o cotidiano enfrentado no país por inúmeros ativistas, comunicadores, defensores de direitos humanos e lideranças de comunidades originárias e tradicionais.

Essa situação vem de longe, está registrada desde 1985, ao menos. De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), *Conflitos no Campo Brasil 2023*, 218 pessoas estão ameaçadas de morte no campo brasileiro, um aumento de 4,3% em relação a 2022. Os estados com mais pessoas ameaçadas de morte estão na Amazônia Legal: Pará, Rondônia e Maranhão.

Já o levantamento *Na Linha de Frente*, das organizações Terra de Direitos e Justiça Global, mostra que, entre os anos de 2019 e 2022, o Brasil registrou 1.171 casos de violência contra defensores de direitos humanos, sendo que 169 pessoas foram mortas.

Há dois anos, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela impunidade estrutural relacionada a crimes contra pessoas defensoras de direitos humanos. Diante desses dados, em 2023, o Governo Federal criou, por decreto, o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta, composto por membros do poder público e da sociedade civil, com o objetivo de elaborar propostas para a Política e o Plano Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Atualmente, o grupo está no processo de escuta da sociedade civil.

Além disso, mais de 20 entidades, organizações pastorais e sindicais e movimentos de direitos humanos compõem, desde 2020, a campanha “A vida por um fio”, criada por ocasião do Sínodo da Amazônia, a serviço da autoproteção de pessoas e comunidades ameaçadas.



Fique por dentro

- Relatório Conflitos no Campo Brasil 2023: bit.ly/RCC_10_19
- Levantamento Linha de Frente: bit.ly/RCC_10_20
- GTT Sales Pimenta: bit.ly/RCC_10_21

Ameaças contra lideranças, ativistas e defensores: quais cuidados tomar?

Por Letícia Queiroz, da Escola de Ativismo*

Em meio aos episódios de violência, algumas estratégias são importantes para a segurança integral de quem cumpre um papel essencial para o fortalecimento da democracia, a defesa de direitos e a proteção do meio ambiente e de modos de vida tradicionais.

Quem assume papel de liderança atua na linha de frente de diversas lutas e se expõe a múltiplos riscos. A responsabilidade deveria ser do Estado, mas coletivos e pessoas têm um papel fundamental na elaboração de seus planos de proteção. A proteção não é uma prática individual e isolada. A segurança em rede tende ser a mais efetiva e diversos saberes locais e pessoais já são colocados em prática intuitivamente por coletivos ativistas.

Confira algumas dicas importantes de cuidados coletivos e individuais:

Proteção institucional

- Elabore um plano coletivo e faça uma matriz de análise de risco, entendendo seu cotidiano e atividades que o vulnerabilizam;
- Faça Boletins de Ocorrência quando houver ameaça. Se não houver confiança na polícia local, é possível fazer na cidade vizinha ou pensar alternativas junto a um advogado popular de confiança;
- Procure o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), administrado pelo Ministério dos Direitos

Humanos e da Cidadania. Veja os contatos em: bit.ly/RCC_07_51

Comunicação e cuidados digitais

- Pense na comunicação de forma estratégica. Ela é uma faca de dois gumes: pode trazer visibilidade para a situação, mas também vulnerabilizá-la. Nunca poste seu local atual ou fotos de reuniões e cuidado com dicas que podem denunciar sua localização;
- É preciso tomar cuidados digitais sempre que utilizar a internet. O uso de senhas fortes é essencial. Elas devem ser longas, com ícones e sem dados pessoais;
- Aplicativos de mensagem como o Signal são mais seguros. O uso da tecnologia VPN (Rede Virtual Privada) pode também acrescentar uma camada de segurança.
- Retire o celular de reuniões importantes. Configure os aplicativos para não usarem o microfone em tempo integral.

Camadas de proteção

- Coloque trancas reforçadas nas portas e janelas;
- Se possível, instale câmeras de segurança com monitoramento;
- Tenha cães que fazem alertas e/ou coloque alarmes sonoros em alguns pontos da casa.

Estratégias diárias

- Evite andar sozinho, crie variações de rota e evite chegar e sair dos lugares no mesmo horário;
- Mudar de cidade por um período pode ser necessário;
- Atenção redobrada com qualquer sinal fora do normal na sua rotina;
- Tenha uma pessoa de extrema confiança para informar seus deslocamentos.



Saiba mais

Acesse os materiais produzidos pela Escola de Ativismo que podem ajudar coletivos e indivíduos ameaçados:

- Guia para fazer uma avaliação de risco e adotar medidas de segurança: bit.ly/RCC_10_22
- A Internet Também é Nosso Território – Dicas Essenciais da Escola de Ativismo para Proteção na Rede: bit.ly/RCC_10_23
- Guia para Desenvolvimento de uma Avaliação de Risco e Medidas de Segurança: bit.ly/RCC_10_24

>> Leia a matéria completa sobre o tema no site: bit.ly/RCC_10_77



*Esse texto foi escrito com colaboração de pessoas da Escola de Ativismo que atuam na área de segurança e proteção física/pessoal e operacional.

ESTAÇÃO CRIANÇA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DÃO A LETRA SOBRE A CRISE SOCIOAMBIENTAL

O que acham do planeta como está hoje? O que gostariam de mudar? Confira a opinião de meninas e meninos sobre o tema.

Por Laura Guido e Daniel Nardin, do Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil*



Ainda que o noticiário em geral não seja voltado para crianças e adolescentes, esse público já ouviu muito falar e sente – literalmente – as mudanças climáticas. Com o crescimento da abordagem do assunto nas redes sociais – muitas vezes de maneira equivocada – o tema pode provocar a chamada “ecoansiedade”, fenômeno que tem sido estudado em diversos países, inclusive no Brasil.

Em 2021, quando o termo começou a ganhar destaque, o Portal Lunetas (bit.ly/RCC_10_40) publicou uma reportagem destacando estudos que mostram o impacto no psicológico de crianças com os desastres ou mesmo no cotidiano, por sentir as mudanças de temperatura e ouvir, por diferentes fontes, o perigo que as futuras gerações – ou seja, as crianças de hoje – devem enfrentar.

Em 2023, o Estado do Amazonas foi impactado com queimadas e seca mais severa do que os índices registrados nos últimos anos. A cena do rio Amazonas num nível mais baixo e a cidade de Manaus tomada pela fumaça ainda está na memória de Heitor Miguel Barbosa Guimas, morador de Manaus, 10 anos. Ele afirma se preocupar com as florestas, os animais e as pessoas. “Existem animais que precisam das árvores, como os macacos e tantos outros, lá na floresta mesmo. E as árvores estão sendo queimadas, com isso, os macacos não vão ter onde ficar, e podem morrer”, reflete.

Por ter vivido e visto as consequências da destruição do meio ambiente refletidas nas queimadas e seca extrema em seu estado, Heitor percebe a questão das mudanças climáticas como muito “delicada” e a pouca ação por parte dos governantes e empresários.

Em outra capital da Amazônia, a crise ambiental já preocupa o adolescente João Victor da Costa, 14 anos, de Caratateua, distrito da grande Belém, no Pará, cidade que vai sediar a COP 30 em 2025, maior evento climático do mundo.

Heitor Miguel Barbosa Guimas. Foto: Arquivo pessoal



É duro saber que as pessoas que menos contribuem para as mudanças climáticas são as que mais são afetadas. Eu moro em uma Ilha ligada à cidade, então eu vejo de perto essa mudança. Nós estudamos em escolas que mal têm ventiladores nas salas de aula e sofremos com o calor”, conta.

Após buscar informações, decidi agir para mudar a realidade e hoje é “embaixador” mirim do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da região das Ilhas de Belém. Para mobilizar o seu território para o tema, inclusive, no início de julho, João Victor mobilizou a 1ª Caminhada pelo Clima da Ilha de Caratateua, contando com o apoio do Greenpeace e da CoJovem (Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável).

Rui Gemaque, do Greenpeace Belém, defende que o debate climático se espalhe e não seja algo de bolhas específicas. “A participação de crianças e jovens em ambientes escolares é essencial para todo esse processo. É a geração de agora e do futuro, também multiplicadores desse ativismo ambiental, que nada mais é do que luta por sobrevivência. Com o mundo de olho na Amazônia, a gente luta para desfazer estereótipos sobre a região. Amazônia não é só floresta (árvore e mato, como dizem), também é o povo – diverso, inclusive – que habita aqui.”



João Bernardo Oliva. Foto: Arquivo pessoal

“Até o rio está ficando mais quente”, lamenta adolescente

Já próximo de iniciar a fase adulta, João Bernardo Oliva, 17 anos, da capital Belém, percebe a mudança na paisagem e no rio que faz parte de sua rotina “desde sempre”. “Eu gosto muito de pescar, e, aos poucos, os rios estão mudando. As dinâmicas das marés também mudam, além do fenômeno do aumento da temperatura, que é mais frequente e que causa a morte de muitos peixes aqui na região”, relata.

Para ele, as tragédias climáticas que têm atingido o mundo todo, incluindo o Brasil, já são um sinal de alerta que precisa ser levado em consideração. “Eu acho que hoje em dia a gente consegue perceber mudanças, como a tragédia ocasionada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. As pessoas acham que, às vezes, é só sair na rua e sentir muito calor, mas não é só isso. Acho que a gente tem que pensar de forma mais abrangente e até em nós mesmos, no nosso futuro, em nossas ações”, reitera.



João Victor da Costa. Foto: Arquivo pessoal



Catarina Melo. Foto: Arquivo pessoal

Aos onze, Catarina já está preocupada com o amanhã e sugere alternativas

Para Catarina Melo, 11 anos, as mudanças climáticas só poderão ser minimizadas para o futuro a partir da conscientização da população e mudanças de atitudes no presente. “Se as mudanças climáticas continuarem constantes e nessa velocidade, a vida humana vai ser bem mais prejudicada”, declara.

Moradora de Marabá, no sudeste do Pará, ela lembra da responsabilidade dos governos e empresas, além de maior conscientização das pessoas em geral. “Até grande parte da população se conscientizar de maneira correta, vai demorar muito tempo. Ou seja, o planeta infelizmente vai continuar do jeito que está. Eu percebo que algumas empresas não têm um debate sobre esse tema, que esse não é o foco delas. Na minha opinião, eu acho que não é suficiente o que está sendo feito, mesmo que seja um tema bastante debatido.”

Recados que ressoam: preocupações e sugestões das crianças



O que estão fazendo não é suficiente para combater as mudanças climáticas. Não temos que fazer tratados para 2050. Temos que fazer ações, projetos e tratados para 2024, 2025 e para todos os anos. Existem, também, muitas mentiras sendo ditas pelos meios de comunicação e pelas redes sociais que atrapalham no combate das mudanças climáticas.”

João Victor da Costa, 14 anos



Acho que plantar mais mudas de árvores é uma das alternativas possíveis para minimizar os impactos. Tem que fazer algo, pois é por nós também.”

Heitor Miguel Barbosa Guimas, 10 anos



É preciso buscar formas de fazer trocas, como trocar um carro por uma bicicleta, que não emite gases poluentes. Ou, até mesmo, por um transporte público. Um carro leva até cinco pessoas, já em um ônibus ou metrô carrega muito mais, ou seja, reduz a quantidade de pessoas usando carro. Em relação ao lixo, tem que trocar embalagens que não são recicladas por aquelas que podem.”

Catarina Melo, 11 anos

NA PRÁTICA

O PODER DAS MICRORREVOLUÇÕES PARA FAZER A DIFERENÇA NA PRÁTICA



Barreira feita com garrafas PET. Foto: Diego Saldanha

Como pequenas ações, no dia a dia, feitas por muitas pessoas para levar uma vida mais sustentável e com menos impacto, têm o potencial de gerar transformação em larga escala.

Por Mariana Moraes,
do Verdes Marias*

Diego Saldanha, ex-vendedor de frutas, mora na região metropolitana de Curitiba, no Paraná, e percebeu que o rio Atuba, onde nadava desde muito jovem, estava poluído. Ao invés de deixar o problema para as autoridades, que talvez nada fariam, decidiu agir. Passou a limpar o rio diariamente criando uma barreira de garrafas pet, que hoje evita que a poluição do rio passe adiante, desviando muito lixo que iria parar em rios maiores – e até mesmo nas Cataratas do Iguaçu.

Já Gabriele Kull é uma jornalista que mora na península de Marajú, na Bahia, e decidiu levar uma vida com menos impacto. Então, ela evita adquirir coisas com plástico,

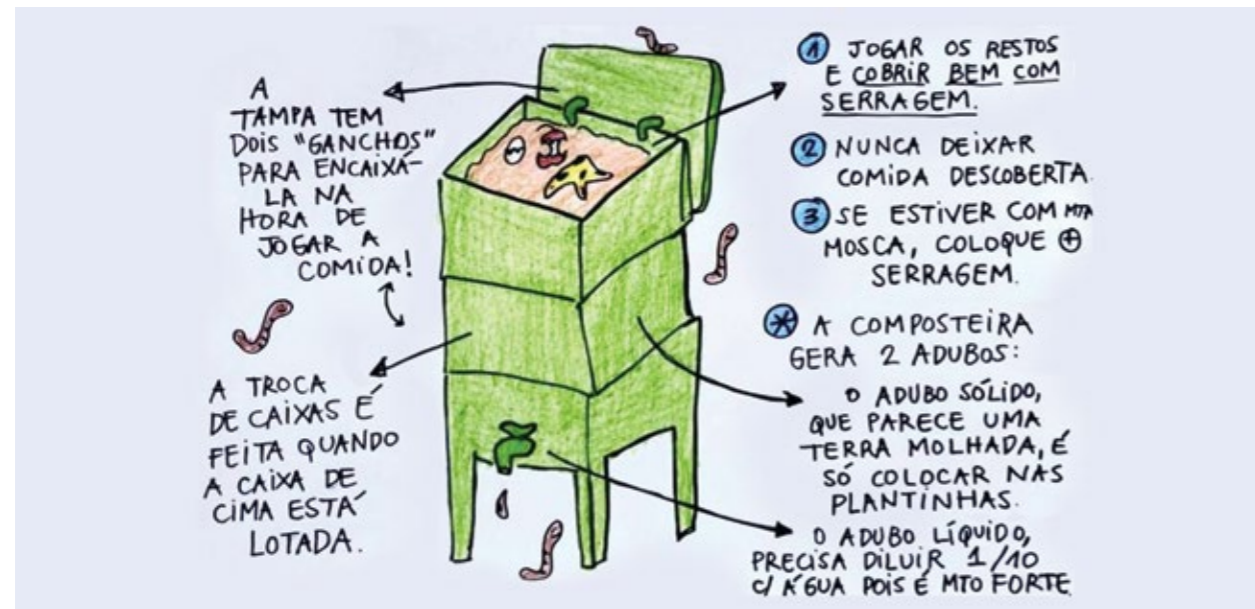
*O COLO (Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil) foi criado em fevereiro de 2022 por jornalistas e comunicadores que atuam em conteúdos midiáticos dirigidos a crianças e adolescentes e por pesquisadores da área. Conheça em: coletivocolo.com.br. Daniel Nardin e Laura Guido fazem parte, também, da Amazônia Vox, uma iniciativa que produz conteúdo de Jornalismo de Soluções e cria um banco de fontes e freelancers da região.

sempre separa adequadamente seu lixo para reciclagem e faz compostagem de todo o seu resíduo orgânico.

O que ambos têm em comum? As microrrevoluções: pequenas atitudes que qualquer pessoa pode tomar, no dia a dia, para levar uma vida mais sustentável e com menos impacto no planeta e que, quando feitas por muita gente, têm o potencial de gerar transformação em larga escala. O Papa Francisco traz a importância delas em sua Carta Encíclica *Laudato Si'* (70-71):

“ Os esforços das famílias para poluir menos, reduzir os esbanjamentos, consumir de forma sensata estão a criar uma nova cultura. O simples fato de mudar os hábitos pessoais, familiares e comunitários alimenta a preocupação pelas responsabilidades não cumpridas pelos setores políticos e a indignação contra o desinteresse dos poderosos. Note-se, pois, que, mesmo se isto não produzir imediatamente um efeito muito relevante do ponto de vista quantitativo, contribui para realizar grandes processos de transformação que agem a partir do nível profundo da sociedade.”

Assim, quando falamos de mudanças climáticas e da importância de cuidarmos da nossa Casa Comum, as ações individuais são especialmente importantes porque todas as atitudes humanas têm algum tipo de impacto. Segundo estudo da *The Harvard Law & Policy Review* (disponível em inglês em: bit.ly/RCC_10_25), “a ação individual coletiva tem sido fundamental para o sucesso de todos os movimentos sociais ao longo do último século, e sua importância para o movimento ambiental não deve ser desconsiderada.”



Processo de compostagem. Criação: Verdes Marias

E como colocar as microrrevoluções na prática?

O interessante de adotar microrrevoluções na rotina é o fato de que elas podem ser diversas e de diferentes níveis, desde aquelas de mais alto impacto no nível individual: como trocar o carro pela bicicleta ou não viajar mais de avião (já que a emissão de carbono desse transporte é

alta); até aquelas mais simples: como optar por comprar de produtores do território, priorizando alimentos da região; evitar o uso de plástico de uso único, como canudinhos e copos descartáveis; diminuir o consumo de carne vermelha; ou priorizar comprar roupas de segunda mão em brechós.

É possível também olhar para aspectos que abrangem a humanidade, como o lixo. Grande parte do que é atualmente enviado para aterros e lixões poderia ser reciclado e quase 50% do lixo são restos de comidas, cascas, sementes e folhas, que poderiam ser compostadas.

Comida não é lixo e toda a matéria orgânica pode ser devolvida para a terra e se transformar em adubo. A compostagem nada mais é do que dar as condições para a comida se decompor. E o mais interessante é que pode ser feita em casa, por qualquer pessoa. Minhocas fazem o trabalho de transformar tudo em adubo em um prazo de normalmente um mês.

Fazer os próprios produtos é outro bom exemplo de microrrevolução. A indústria e as propagandas incentivam as pessoas a comprarem muitos produtos diferentes para a casa, porém grande parte deles têm ingredientes tóxicos para os indivíduos e o meio ambiente. O que não se fala é que é possível simplificar muitos desses produtos com um multiuso que pode ser utilizado em toda a casa e feito pelos próprios moradores.

Com isso, há uma economia de dinheiro, com menos ingredientes desnecessários que podem gerar alergias, além de ser uma forma de garantir que não haverá desperdícios, uma vez que cada pessoa pode fazer exatamente a quantidade de que precisa. Claro que é menos prático do que comprar um produto pronto, mas, quando inserido na rotina mensal, pode rapidamente demandar menos do que se imagina.



Calcule sua pegada ecológica

Uma forma de entender como se dá o cálculo de impacto que cada pessoa tem no planeta é utilizar as “calculadoras de pegada ecológica”, nas quais é possível inserir a rotina – a partir de perguntas sobre consumo de energia, alimentação, moradia, uso de transporte, etc. – e elas calculam esse impacto. Uma das mais conhecidas é a da organização WWF.

Faça o teste: bit.ly/RCC_10_26

Mudança de cultura

Quantas vezes não fazemos uma compra pequena no supermercado e pedimos a sacola, sendo que poderíamos tranquilamente levar um ou dois itens na mão? Cada pessoa que diminui o uso de sacolas plásticas, evita embalagens e recicla seu lixo pode inspirar e influenciar positivamente vizinhos, familiares e amigos. Muitos indivíduos comentam que não sabem por onde começar. Ter um exemplo a seguir ajuda o processo.

Para pais, mães e educadores, é interessante trazer desde cedo o tema para o dia a dia das crianças, falando sobre a importância da Natureza e como somos parte dela. Existem muitos conteúdos disponíveis que vão nesse sentido, como o Contos da Capivara, um podcast de contos inéditos

escritos por autores nacionais sobre temas socioambientais (acesse em: bit.ly/RCC_10_27).

Estar cada vez mais informado sobre o que fazemos e o impacto de nossas atitudes nos ajuda, também, a entender que temos um papel no mundo e que podemos, sim, escolher nossos passos.

No entanto, é importante salientar que os grandes problemas que enfrentamos no mundo, como o aquecimento do planeta, são desafios complexos que exigem um conjunto de ações para resolver. Cada pessoa, individualmente, não tem o poder de gerar mudanças como empresas e governos, mas, por trás de cada negócio ou de todo cargo público, temos pessoas que podem ser impactadas individualmente e influenciar mudanças coletivas.



Receita de multiuso

Ingredientes:

- 1 barra de sabão de coco
- 1 litro de água da pia
- 50 ml de álcool 70%
- 1 e 1/2 colher de sopa de bicarbonato de sódio
- Opcional: óleo essencial de eucalipto ou de capim limão
- Jarra de vidro

Como fazer:

Rale a barra de sabão, misture com a água e aqueça em fogo médio até o sabão derreter. Acrescente o álcool e o bicarbonato e espere gerar umas pequenas bolhas na água. Deixe esfriar e acrescente cerca de 15 gotas de óleo essencial. Despeje, com a ajuda de um funil, na jarra e pronto!

* O conceito de microrrevolução foi criado pelo Verdes Marias, um movimento idealizado por três irmãs que buscam inspirar as pessoas a levarem uma vida mais sustentável. Ele é baseado nos eixos: “Por menos lixo, mais orgânicos e uma vida mais consciente”. As Verdes Marias têm mais de 10 anos de experiência com a agenda da sustentabilidade e produzem conteúdo no Tiktok (380k), Instagram (123k), Youtube, entre outros. Conheça mais em: verdesmarias.eco.br e @verdesmarias nas redes sociais.

EM PERSPECTIVA

RUMO A 2025: OS 10 ANOS DA CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'*

Retrospectiva e impactos da carta ecológica do Papa Francisco

Por Isabel Gnaccarini*

A Carta Encíclica *Laudato Si'* (Louvado Seja, em português) foi lançada em 24 de maio de 2015, sendo distribuída mundialmente no mês seguinte com grande repercussão de mídia e em eventos com bispos, ativistas de grandes movimentos ambientais e membros de governos em várias partes do mundo. Apesar das encíclicas sociais serem escritas desde o fim do século 19 e de outros textos católicos tratarem do tema ambiental a partir da década de 1960, essa primeira encíclica do Papa Francisco constitui um marco em mil anos de Igreja Católica – é a única dedicada exclusivamente aos desafios ecológicos do nosso tempo. O “cuidado da Casa Comum” é o tema central do documento, indicando a universalidade da questão

Laudato Si' veio à luz alguns meses antes da 21ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 21), que se realizou no final daquele ano de 2015 na capital francesa, denotando o envolvimento direto do Vaticano nos bastidores do Acordo de Paris, que foi aprovado pelos 195 países participantes. O Acordo tem o objetivo de reforçar a capacidade dos governantes em lidar com os impactos das mudanças climáticas, estabelecendo metas globais para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) e propostas de mitigação dos efeitos do aquecimento sobre as pessoas.

Durante o período pré-COP 21, houve grande repercussão entre líderes de diferentes crenças, suscitando declarações oficiais de judeus, muçulmanos, budistas, adeptos de religiões africanas e cristãos de diferentes matizes. Ao lado deles, movimentos ambientalistas não governamentais pediram urgência e coerência contra o aquecimento do planeta, todos apoiados pelo carisma da voz de Francisco.

A presença do Papa Francisco na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, em setembro de 2015, foi marcada por declarações importantes. Ao mesmo tempo em que se lançavam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da ONU, Francisco alertava seus pares que “o mundo exige dos líderes governantes vontade política para a adoção de medidas



imediatas para a preservação ambiental e para acabar com a exclusão econômica e social e suas tristes consequências.”

Nesse contexto político efervescente, o Vaticano buscou ativamente levar a mensagem da comunidade científica mundial aos políticos e negociadores da ONU, e procurou criar ambientes de entendimento, ecoando também ambições expressas pela esfera econômica. Assessores diretos do Papa Francisco promoveram encontros de cientistas de alto renome internacional com dirigentes da ONU, de governos e ambientalistas de grande destaque.

Prestes a comemorar seus 10 anos em meados de 2025, a *Laudato Si'* tornou-se a principal ferramenta da Igreja Católica na defesa de nossos ecossistemas junto a todos aqueles que buscam a preservação da vida e do meio ambiente.

A política do Papa

O Movimento Católico Global pelo Clima (MCGC) rapidamente ganhou importância ao reverberar a encíclica junto a outras organizações – no início, o movimento teve o apoio de 17 entidades, todas comprometidas com o lançamento da encíclica na COP 21 de Paris. Em 2019, a rede climática católica já contava com 300 parceiros, e uma vasta rede de apoiadores individuais voluntários. Hoje, são 900 aliados e milhares de jovens ativistas. Nesse ano, a jovem sueca Greta Thunberg foi recebida pelo Papa, aderindo à mensagem do pontífice por uma ecologia da vida.

Ainda em 2019, o Sínodo da Amazônia foi outro momento-chave para o ambientalismo católico, sempre inspirado em *Laudato Si'*. Realizado no Vaticano entre 6 e 27 de outubro, o Encontro ocorreu após um ano de consultas a 80 mil pessoas nos 9 países sul-americanos que integram a floresta amazônica. O “Sínodo para a Amazônia: novos caminhos para a Igreja” teve como missão definir a reforma evangelizadora a ser implementada nessa parte do mundo, a partir do que desejam os povos tradicionais e ribeirinhos

para o meio ambiente onde vivem e cuidam. Para o Papa, “a Amazônia é um problema do mundo.”

Em 2021, ano do 6º aniversário da encíclica, a rede de fiéis pelo clima passou a se chamar Movimento *Laudato Si'* (MLS). Nesse período, o MLS ganha uma plataforma digital – a Plataforma de Ação *Laudato Si'* –, garantindo a mobilização de paróquias, escolas, hospitais, empresas, organizações sociais etc. em um processo que não tem prazo para acabar. O estilo de vida simples, a educação e espiritualidade ecológicas, além do engajamento comunitário são o tripé do movimento.

A realização do filme “A Carta”, que mostra o diálogo intercontinental entre quatro ativistas e o Papa Francisco sobre a recepção da *Laudato Si'*, foi um evento que marcou o 7º ano da encíclica. Desde seu lançamento mundial, em 4 de outubro de 2022, o filme acumulou 8,5 milhões de visualizações no YouTube. O filme também foi exibido durante a COP 27 do Egito. No ano seguinte, mais 1,5 milhão de jovens presentes na Jornada Mundial da Juventude realizada em Lisboa, em agosto, viram o documentário.

Em 2023, a Semana *Laudato Si'* comemorou os oito anos da encíclica em uma programação que durou 15 dias, culminando com uma grande comemoração *on-line* de aniversário, no dia 24 de maio. Em outubro, às vésperas de outra Conferência do Clima, a COP 28, o Papa lançou o documento *Laudate Deum*, uma Exortação apostólica para detalhar a questão climática e reforçar a posição do Vaticano. O primeiro-ministro da Santa Sé, Cardeal Pietro Parolin, discursou nessa Conferência, em Dubai, divulgando o documento. Com a exortação *Laudate Deum*, a Igreja propôs-se a ensinar de maneira muito clara o que os cientistas vêm dizendo há décadas: é preciso agir, e agora!

No Brasil, o impacto de ações ambientalmente corretas no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida alcança anualmente entre 8 e 12 milhões de visitantes, e abrange uma variedade de projetos de sustentabilidade: a recuperação de 250 hectares de mata nativa de Mata Atlântica com mais de 500 mil mudas; o monitoramento das águas do rio Paraíba do Sul entre Aparecida do Norte e Guaratinguetá; o tratamento da água do complexo da Basílica em Estação própria, com ações de economia e reúso em paralelo; o tratamento de todo o lixo produzido, com coleta seletiva dos recicláveis, além da reciclagem da parafina usada nas cerimônias e pelos devotos. Para comemorar os 10 anos de *Laudato Si'*, o Santuário planeja inaugurar no próximo ano uma usina de geração de energia fotovoltaica que irá suprir 70% de sua energia elétrica, e até 2026, ter a maior usina de compostagem da região.

Pacto Global pela Educação

O Vaticano deu um outro grande impulso à missão de conscientizar educando: lançando em 2021, em meio à pandemia de Covid-19, o Pacto Educativo Global, mais um dos chamados do Papa Francisco. Ele incita a instituições,

igrejas e governos que priorizem uma educação humanista e solidária como modo de transformar a sociedade.

O Pacto conta com 7 compromissos: 1) colocar a pessoa no centro de cada processo educativo; 2) ouvir as gerações mais novas; 3) Promover a mulher; 4) responsabilizar a família; 5) se abrir à acolhida; 6) renovar a economia e a política; 7) cuidar da casa comum. A educação ambiental passa por essa rede de canais católicos, notadamente pela articulação dos cursos de teologia com as escolas não religiosas de ensino médio.

O impacto da *Laudato Si'* nas universidades católicas dá-se de maneira direta, pois os cursos têm disciplinas de Teologia, em que o tema ecológico é uma abertura para a Igreja discutir a Modernidade. Em escolas de ensino fundamental e médio, religiosas ou leigas, a formação de crianças e jovens entra através do tema das mudanças climáticas. No Brasil, universidades católicas formaram grupos de estudo da *Laudato Si'*, e pastorais da ecologia foram impulsionadas nas paróquias. A encíclica chegou a ser estudada na maior universidade leiga do país: na Faculdade de Arquitetura da USP (FAAU-USP) e, no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), foi debatida por economistas, filósofos e sociólogos especialistas em Sustentabilidade.

No país, há também um movimento de reitores da rede de ensino superior católica para definir como melhor implementar ações ecológicas em seus estabelecimentos, além de o Fórum de Reitores da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) estar trabalhando em uma Agenda para a Amazônia, com pesquisa e projetos de extensão. A ANEC congrega 1.031 escolas de educação básica (800 mil estudantes) e 101 institutos de ensino superior (400 mil estudantes), e está engajada com a Plataforma *Laudato Si'* e com o Pacto Educativo Global.

Outro exemplo de impacto foi o Encontro entre Reitores de Universidades Latino-Americanas e Caribenhas: Organizando a Esperança, encabeçado pela Rede de Universidades para o Cuidado da Casa Comum, ocorreu entre 20 e 22 de setembro de 2023 no Vaticano. A Rede conta com mais de 200 instituições públicas e privadas no continente e congrega mais de 4 milhões de estudantes, sem contar professores, pesquisadores e funcionários administrativos. A missão dada foi a de conscientizar o maior número de estudantes, resgatando a esperança em criar um mundo humano para se viver.

Agora, rumo a 2025, quando se comemoram os 10 anos *Laudato Si'* e os 800 anos do Cântico das Criaturas, poema de São Francisco de Assis, o Brasil será a sede da 30ª Conferência do Clima, a COP 30 de Belém, no Pará, em plena Amazônia. Uma belíssima oportunidade de fechar um ciclo de atividades voltadas à proposta sinodal da Igreja de Francisco e à visão de uma ecologia integral.

* Isabel Gnaccarini é jornalista e trabalha desde 1999 com a comunicação ambiental. Doutora pela Universidade de Campinas (Unicamp) com a tese “Articulações entre Ciência, Religião e Política: Afinidades Eletivas nas narrativas ecológicas da Encíclica *Laudato si'* e da Agenda ambiental da ONU”.

MOBILIZE-SE



Mesa sobre as "Juventudes da Panamazônia no Enfrentamento aos Desafios Climáticos" nos Diálogos Amazônicos, realizado pelo CONJUCLIMA e COJOVEM: Foto: Engajamundo

PARTICIPE: INICIATIVAS ENGAJAM CIDADÃOS EM PROL DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Práticas concretas de participação cidadã são fundamentais para uma conversão ecológica eficaz.

É hora de converter as discussões sobre mudanças climáticas em ações concretas, lançando um olhar crítico sobre a necessidade urgente de adaptar as formas de viver e cuidar do planeta. O colapso ambiental iminente exige uma reavaliação profunda dos valores, prioridades, estilos de vida e estruturas sociais. Por isso, o envolvimento ativo da sociedade civil em iniciativas participativas para promover essa transformação é tão fundamental.

Não por coincidência, um ano de eleições municipais é um momento estratégico para exigir compromissos concretos dos governantes. É crucial a implementação de políticas públicas e projetos que incentivem a participação cidadã em conselhos e assembleias, promovam a sustentabilidade e a justiça social, e facilitem a inclusão ativa da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, como consultas e audiências públicas.

Veja como se engajar e fazer parte:

Por Karynna Luz

CONJUCLIMA – Coalizão Nacional de Juventudes pelo Clima e Meio Ambiente

Com o objetivo de estabelecer um Conselho Nacional de Juventudes dedicado à ação climática e ambiental no país, a Coalizão foi criada na 27ª Conferência das Partes, no Egito, em 2022, e compõe a Aliança Global dos Conselhos de Juventudes na qual tem sua atuação em nível nacional e internacional. A CONJUCLIMA é formada por outras organizações juvenis que trabalham em questões de clima e meio ambiente e tem hoje, como principal objetivo, inserir as juventudes nos espaços de decisão.

Thalia Silva, jovem amazônica coordenadora de Relações Políticas da CONJUCLIMA e coordenadora do Laboratório de Comunicação do Engajamundo, compartilha sua percepção ao entrar na Coalizão em 2023: "Durante aquele primeiro ano de trabalho, entendi que nossa geração ainda não é vista e nem reconhecida como parte essencial dos processos decisórios."

A Coalizão tem se empenhado para garantir que as juventudes de todo o território nacional tenham acesso à criação dos conselhos, com o objetivo de propor políticas públicas de maneira efetiva e garantir acesso aos tomadores de decisão e espaços de formação política, climática e ambiental. "Você, jovem, deve assumir seu protagonismo, sua vida e decidir o que precisa para o seu futuro. O melhor lugar para reivindicar isso é nos espaços de decisão. [...] As conferências passam, mas o legado daquelas decisões permanece", destaca Thalia.

>> Acesse o guia passo a passo para criação de Conselhos Climáticos Juvenis: bit.ly/RCC_10_29

>> Confira a matéria completa no site da Revista Casa Comum sobre a atuação da juventude nessa temática: bit.ly/RCC_10_78

Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais no Brasil (IRI-Brasil)

A IRI-Brasil é uma plataforma comprometida em apoiar lideranças na promoção da conservação climática e das florestas, além de dar suporte na proteção de povos indígenas e comunidades locais. O foco é mobilizar a liderança moral e baseada na fé para enfrentar as mudanças climáticas, prevenir a destruição das florestas tropicais e defender os direitos das comunidades afetadas.

Para colaborar com essa causa, você pode ajudar a disseminar os materiais da iniciativa em sua comunidade, ou, até mesmo, utilizar a calculadora de CO₂, que mede a quantidade de gases de efeito estufa emitidos por uma organização.

>> Saiba mais em: bit.ly/RCC_10_30

>> Utilize a calculadora de CO₂: calculadora.iribrasil.org

Eco Pelo Clima

Trata-se de um núcleo ativo do movimento *Fridays For Future Brasil*, localizado no Rio Grande do Sul, composto por cerca de 30 jovens engajados de diversas cidades do estado. Com um enfoque transformador e anticapitalista, o grupo trabalha em prol da justiça socioambiental com três pilares principais: a) Educar a população sob a temática do clima; b) Cobrar práticas sustentáveis dos representantes políticos; e c) Criar um movimento jovem ambiental local e fortalecido.

>> Inscreva-se para fazer parte: bit.ly/RCC_10_31

Movimento Escazú Brasil

O Movimento Escazú Brasil une organizações e cidadãos em uma luta pela ratificação do Acordo de Escazú, primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe. Esse tratado pioneiro conta com quatro pilares de atuação, que visam garantir mais transparência de informações ambientais, acesso a mecanismos de justiça e maior participação social na construção de políticas, além de promover a proteção de denunciantes, tornando uma obrigação a garantia de um ambiente seguro para defensores ambientais, bem como a prevenção, investigação e punição de ataques, ameaças ou intimidações contra esse grupo.

Em março deste ano, mais de 150 organizações da sociedade civil (OSCs) do Brasil, muitas delas integrantes do Movimento Escazú Brasil, produziram uma carta solicitando que o governo federal empreenda todos os esforços necessários junto ao Congresso Nacional para a aprovação do Acordo. Isso ainda não ocorreu, embora o Brasil já tenha assinado o tratado.


"O Acordo de Escazú é uma oportunidade para podermos tensionar internamente uma política pública nacional de defesa dos defensores que seja coerente com a ameaça que essas pessoas sofrem", analisa Luiz Felipe Lacerda, secretário-executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental (OLMA).

>> Acesse o portal: escazubrasil.org.br

>> Para que sua organização faça parte do movimento, entre em contato com: escazubrasil@gmail.com

Jovens Negociadores pelo Clima

O Programa é uma iniciativa dedicada a capacitar jovens líderes, especialmente de periferias, comunidades indígenas, negros e LGBTQIA+, para se tornarem representantes eficazes nas negociações climáticas, em níveis local, regional e internacional, preparando-os com conhecimento técnico e habilidades de *advocacy*.

>> Conheça mais em: bit.ly/RCC_10_32 


CONFERÊNCIAS, CURSOS E FÓRUNS



5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

Com o tema "Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica", a conferência acontecerá em 2025. O foco será em como enfrentar os desafios das mudanças climáticas por meio de uma transição justa para um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa.

Realizada em várias etapas, a conferência começa com as fases municipais e intermunicipais, de junho a dezembro de 2024, seguidas pelas etapas estadual e distrital, de janeiro a março de 2025. A etapa nacional está programada para maio de 2025.

>> Acesse o site e saiba como participar em sua cidade: bit.ly/RCC_10_33 


COP 30

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30) será realizada pela primeira vez no Brasil, em Belém, no Pará, entre 10 e 21 de novembro de 2025.

Para assegurar que todas as vozes sejam representadas e que as discussões tenham o máximo impacto, é fundamental começar a preparação agora. Isso inclui participar de conferências, debates, apoiar eventos regionais e nacionais, investir em educação e sensibilização, e promover o engajamento por meio de plataformas e campanhas, além de buscar o contato direto com os líderes, em oportunidades para pressioná-los a assumir compromissos claros e eficazes sobre questões climáticas.

The Climate Reality Project Brasil (CRPB)

A iniciativa, por meio da plataforma "Climate Academy: Educação para a Ação Climática", oferece treinamentos e eventos que preparam os cidadãos para colaborar como ativistas climáticos.

>> Acesse a plataforma de cursos e confira as inscrições abertas: bit.ly/RCC_10_34 

Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA)

O FOSPA é um espaço dedicado à articulação, ação e reflexão sobre a região amazônica, que abrange Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A proposta é unir e coordenar agendas de organizações e comunidades da bacia amazônica para defender a região contra as mudanças climáticas, assim como promover a convivência intercultural e manter-se como um espaço autônomo e independente, composto por movimentos, organizações sociais e representantes.

>> Conheça: bit.ly/RCC_10_35 

Plataformas e campanhas




Agroecologia nas Eleições (AnE)

A Agroecologia nas Eleições (AnE) é uma iniciativa de incidência política lançada em 2020 pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) durante os períodos eleitorais. A campanha tem como objetivo fortalecer a participação democrática, promover o diálogo público sobre agroecologia e cobrar o comprometimento com a temática por parte de candidatas e candidatos a cargos públicos.

A iniciativa reúne uma ampla rede de entidades, organizações e movimentos populares brasileiros com um objetivo comum: incluir a agroecologia e suas dimensões relacionadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) na pauta eleitoral de 2024.

Para fortalecer a campanha, a ANA elaborou uma carta política intitulada "Democracia e agroecologia como princípios para a construção de políticas de futuro e para a garantia de soberania e segurança alimentar nos municípios brasileiros – Desafios para as candidaturas nas eleições de 2024". Os materiais de divulgação da campanha são de acesso livre.

>> Faça *download* no site, no campo "Fortaleça esta campanha": bit.ly/RCC_10_28 


Agroecologia em Rede (AeR)

A Agroecologia em Rede (AeR) é uma plataforma de Ecologia de Saberes dedicada à construção e fortalecimento do movimento agroecológico. Como uma ferramenta virtual, a AeR utiliza tecnologias de informação em *software* livre para permitir que redes do campo agroecológico se autoidentifiquem e mapeiem suas experiências.

>> Conheça a iniciativa: bit.ly/RCC_10_36 

Campanha "Petróleo na Amazônia não!"

A campanha "Petróleo na Amazônia não!", organizada pelo Greenpeace, busca impedir a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, uma região ambientalmente sensível e rica em biodiversidade. A queima de combustíveis fósseis contribui para a intensificação de eventos climáticos extremos e a exploração na área pode causar impactos graves ao meio ambiente e às comunidades locais.


>> Assine a campanha: bit.ly/RCC_10_37 

Conexão Verde

É a plataforma do Greenpeace Brasil voltada para mobilização socioambiental. O objetivo é conectar pessoas interessadas em fazer parte da rede de voluntariado da instituição apoiando causas ambientais, participando de atividades locais e *on-line*, interagindo em grupos de discussão e participando de treinamentos, além de acessar os *kits* e guias de mobilização oferecidos pelo Greenpeace.

>> Cadastre-se: bit.ly/RCC_10_38 

Educação em prol da conversão ecológica

Em julho de 2024, foi sancionada a lei nº 6.230/2023, que passa a assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais na Política Nacional de Educação Ambiental. Um passo importante para que a temática esteja presente nos currículos escolares. Mas, além de estar em sala de aula, o debate deve ser foco de processos educativos de toda a população. Conheça diversas experiências pelo país nesta reportagem especial preparada pela Revista Casa Comum: bit.ly/RCC_10_79 

CIDADANIA DIGITAL

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS A FAVOR DA ECOLOGIA INTEGRAL

Conheça aplicativos digitais e da inteligência artificial que auxiliam no enfrentamento à emergência climática e, também, contribuem para evitá-la.

Por Ângela Paula Gouveia*

As tragédias climáticas que temos acompanhado por todo o planeta, mas de modo particular as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul no final de 2023 e início de 2024, mostram que precisamos mudar de estilo de vida e de mentalidade. Para tal, a tecnologia pode ser uma preciosa aliada, sobretudo por meio dos aplicativos digitais e da inteligência artificial.

Começamos pelo mais emergencial. Durante a catástrofe no RS, inúmeros recursos digitais auxiliaram as pessoas, evitando uma tragédia ainda maior. A plataforma "SOS RS" (sosrs.net.br/) é um exemplo. Criada por um grupo de professores em menos de 24 horas, o aplicativo serviu para centralizar pedidos de socorro e de ajuda, evitando a dispersão de recursos e esforços, e otimizando o tempo de reação, fundamental naquele momento de desespero. Cada pedido de ajuda automaticamente se transformava em um ponto de localização, traçando no mapa a rota para poder chegar até lá. O mais interessante é que o mesmo aplicativo dava a possibilidade de qualquer voluntário se candidatar para responder àquele pedido específico, na seção: "Consigo resgatar". Milhares de pessoas foram assim conectadas e conseguiram se salvar.

Serviços similares foram oferecidos pelas plataformas "Meu lar de volta", "AjudeRS", "Estou salvo", entre outros, sempre com a dupla conexão: "preciso de ajuda" e "posso ajudar". Paralelamente, outras plataformas procuravam organizar e otimizar as doações e a distribuição de alimentos e materiais diversos, como os aplicativos "Constrói RS", "Unidos pelo Rio Grande do Sul", "Pontos de coleta RS" e "SOS Rio Grande do Sul".

Outras plataformas merecem ser destacadas pela intensa atuação junto aos desabrigados. Grande repercussão teve o trabalho realizado pelo Instituto Colo de Mãe, que utilizou as redes digitais, sobretudo o Instagram (@somoscolodemae), para difundir o apoio que fornecia para pessoas autistas em abrigos. Nessa situação de emergência, foi fundamental pensar também nos animais. Quem não lembra das imagens do Caramelo, cavalo que se tornou símbolo da resistência e da garra do povo gaúcho? Nesse sentido, a mobilização realizada virtualmente pela plataforma "Achar meu Pet - RS" foi extraordinária. Criado para ajudar tutores a encontrarem seus pets em abrigos e para que pets perdidos possam encontrar um novo lar, o app apresenta fotos e a possibilidade de realizar cadastros detalhados.

Conexão para além da emergência

A tragédia climática no Rio Grande do Sul nos mostrou que digitalmente também é possível se mobilizar e contribuir para encontrarmos, juntos, soluções de assistência e solidariedade, construindo assim uma cidadania digital sólida. A partir desse exemplo concreto, emergencial, vimos como as tecnologias digitais podem auxiliar no enfrentamento dos desafios ligados à Ecologia Integral, atendendo à emergência climática, mas também contribuindo para evitá-la.

Segundo um estudo realizado pela Deloitte em parceria com o *Global e-Sustainability Initiative*, intitulado "Delivering a SMARTer2030" (disponível em inglês em: bit.ly/RCC_10_44), as inovações tecnológicas são fundamentais na viabilização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU), por exemplo, monitorando áreas para evitar incêndios e desmoronamentos, aumentando a produtividade da indústria sem aumentar o consumo de energia elétrica, implementando inovações nas lavouras que controlam o uso dos recursos naturais, ou, ainda, reduzindo o consumo de combustíveis e a emissão de CO₂ nas cidades.

A empresa Scipopulis (bit.ly/RCC_10_45), por exemplo, desenvolveu algumas soluções com bons resultados, como o Trancity, um painel web de monitoramento de análise de cidades, com informações de mobilidade e infraestrutura urbana, assim como a plataforma Plancity, que integra, processa e apresenta de forma visual uma série de dados a fim de otimizar a tomada de decisão, o monitoramento e o planejamento de cidades.

Outro exemplo concreto é a PrevisIA (previsia.org.br), plataforma que utiliza a inteligência artificial para indicar áreas sob risco de desmatamento na Amazônia e, com isso, fornecer dados para evitá-lo. Isso ocorre por meio de um algoritmo que analisa variáveis como a presença de estradas legais e ilegais, o desmatamento já ocorrido, classes de territórios, distância para áreas protegidas, rios, topografia, infraestrutura urbana e informações socioeconômicas.

No nível pessoal, também é possível contribuir para a conversão ecológica e a busca de um desenvolvimento sustentável e integral. Nesse caso, você pode optar por utilizar alguns aplicativos que ajudam na educação ambiental e na multiplicação de comportamentos sustentáveis, como as dicas a seguir.

* Ângela Paula Gouveia é formada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atuou no projeto social Estrela em Ação, da escola de samba Estrela do Terceiro Milênio, e na criação e desenvolvimento de projetos da Erê Lab, empresa focada em recuperar e fortalecer o senso de cidadania por meio de brinquedos em espaços públicos urbanos. Atualmente dedica-se sobretudo à proteção dos animais.

APPs ecológicos:

- **AMA** – Agentes do Meio Ambiente – Promove a visão de que pequenas atitudes podem mudar o mundo, incentivando a transformação de hábitos e a adoção da sustentabilidade no dia a dia: cidadeama.com.br
- **COLAB** – Canal que facilita a comunicação direta entre cidadãos e as prefeituras. Com o aplicativo, o usuário pode participar das decisões de sua cidade, das consultas públicas e colaborar com a organização, as necessidades urbanas e o meio ambiente: bit.ly/RCC_10_46
- **FLOOD HUB** – Ferramenta do Google que fornece uma previsão de cheias junto a leitos fluviais com até sete dias de antecedência: bit.ly/RCC_10_47
- **GUARDIÕES DO CLIMA** – Facilita o cadastro de denúncias de queimadas, cortes de árvores, garimpo, invasão de terras públicas e indígenas, etc.: bit.ly/RCC_10_48
- **MEU LAR DE VOLTA** – Conecta pessoas que precisam de ajuda com voluntários dispostos a colaborar, oferece um mapa interativo que permite visualizar, em tempo real, as necessidades de cada localidade afetada pelas enchentes: meulardevolta.com.br
- **MOEDA VERDE** – Incentiva práticas sustentáveis, recompensando com "moedas verdes" o usuário por seus hábitos ecológicos: moedaverde.com.br
- **ROTA DE RECICLAGEM** – Desenvolvido pela Tetra Pak, indica pontos de coleta de lixo reciclável em todo o país e dá dicas importantes sobre a separação e entrega das embalagens: rotadareciclagem.com.br
- **URBANSHIFT** – Apoia cidades ao redor do mundo a adotar abordagens integradas para o desenvolvimento urbano, construindo um futuro equitativo, sem carbono, onde tanto as pessoas quanto o planeta possam prosperar: bit.ly/RCC_10_49

APPs de apoio ao Rio Grande do Sul

- **ACHAR MEU PET RS** – Encontrar ou adotar pets perdidos: bit.ly/RCC_10_42
- **AJUDERS** – Cadastro e unificação de ocorrências: bit.ly/RCC_10_80
- **CONSTRÓI RS** – Auxílio em doações e pedidos: bit.ly/RCC_10_43
- **ESTOU SALVO RS** – Cadastro e localização de vítimas nos abrigos: estousalvo.com
- **SOS RIO GRANDE DO SUL** – Conecta doações com pontos de arrecadação: sos-rs.com
- **UNIDOS PELO RIO GRANDE DO SUL** – Plataforma do governo federal: brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/unidospelors

AGENDA DE PRESSÃO



Ato contra o agronegócio e a aprovação do uso de agrotóxicos em Curitiba (PR), em 2021. Foto: Camila Mig

PROJETOS NO LEGISLATIVO PROPÕEM AVANÇOS E MUITOS RETROCESSOS QUE AMEAÇAM O MEIO AMBIENTE

Por Kamila Machado e Bruna Gama, da Pulso Público

Discussões sobre medidas para adaptação e mitigação climática, resposta a desastres e ações para auxílio e gerenciamento da crise climática, se tornaram mais recorrentes no Congresso Nacional com o desastre ambiental no Rio Grande do Sul, direcionando vontade política para o avanço de algumas temáticas, entendidas como positivas, em 2024.

Em contrapartida, o Legislativo também vem avançando com matérias que colocam em risco direitos fundamentais e ameaçam o meio ambiente, conforme denunciado pela Frente Parlamentar Ambientalista, como o Novo Pacote da Destruição, que reúne projetos e Propostas de Emenda à Constituição (PECs), sobre grilagem, direitos indígenas, financiamento da política ambiental, flexibilização do Código Florestal, entre outros. Conheça alguns deles, acompanhe e pressione:

Desastres climáticos e adaptação

Após o desastre ambiental no Rio Grande do Sul e os debates travados no Legislativo em decorrência da crise, vem-se discutindo o auxílio emergencial para calamidades climáticas. O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou o Projeto de Lei (PL) 1.580/2024, que institucionaliza medidas de auxílio quando reconhecida calamidade pública, entendidas como essenciais para o acolhimento de populações vulneráveis às consequências de desastres climáticos e socioeconômicos.

O auxílio proposto é de R\$600 por mês, pago àqueles que cumpram os requisitos, como ser MEI, trabalhador informal ou autônomo, ter determinada faixa de renda mensal, dentre outros. As regras para aplicação do auxílio ainda não estão detalhadas no projeto, que é relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), na Comissão de Assuntos Sociais.

A situação no Sul também trouxe holofotes para a necessidade de planos de adaptação climática nas cidades

brasileiras, de modo a unificar governança e atuação para a construção desses planos. Assim, avançou no Congresso o PL 4.129/2021, da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que foi sancionado pelo presidente Lula no dia 28 de junho. A lei prevê formas de guiar a construção de planos federais, estaduais e municipais e traz, enquanto diretrizes, por exemplo, o estabelecimento de prioridades com base em setores e regiões mais vulneráveis, o estímulo à adaptação do setor agropecuário ao Plano ABC e adoção de soluções baseadas na Natureza.

Licenciamento ambiental

Tramita, há mais de vinte anos, no Congresso e, desde 2021, no Senado Federal, após aprovação na Câmara dos Deputados, o PL 2.159/2021, que elabora uma lei geral para o licenciamento ambiental. O projeto visa suprir lacuna de uma legislação abrangente, uma vez que a atividade é regulada por meio de resolução, decretos e leis estaduais.

A matéria é polêmica e conta com o apoio de grandes setores econômicos, como a bancada ruralista e a indústria, por exemplo. É bastante criticada por movimentos ligados à defesa do meio ambiente, uma vez que pode resultar em mudanças profundas que flexibilizam regras para o licenciamento, sendo conhecido como PL da Devastação, conforme campanha criada por organizações contrárias ao projeto.

O texto que saiu da Câmara prevê a adoção de uma Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que funciona como uma espécie de licença autodeclaratória feita pela internet, além de dispensar a avaliação de impacto ambiental para projetos em terras indígenas e quilombolas não homologadas. Há previsão de que, se a matéria for aprovada, ficarão comprometidas metas de controle de emissão de gases e desmatamento.

Uma vez no Senado, o PL tramita ao mesmo tempo nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Na CMA, o relator senador Confúcio Moura (MDB-RO) apresentou relatório ao projeto no ano passado, após alterações construídas em diálogo com o governo e entidades, buscando consensos que permitiriam avanço, o que não aconteceu. Este ano, especulou-se que o projeto poderia ser votado. Contudo, após discordância sobre os rumos do texto da senadora Tereza Cristina (PP-MS), da CRA, que quer aprová-lo como veio da Câmara, o avanço ficou travado.

PEC das Praias

Avançou no Senado e ganhou repercussão midiática a PEC 03/2022, conhecida como PEC das Praias, criticada pela possibilidade de reforçar mecanismos de privatização das praias ao alterar entendimento sobre os terrenos de marinha, que são terras da União situadas na costa brasileira em um limite de 33 metros. Segundo a proposta, os terrenos poderiam ser transferidos para proprietários

privados, estados e municípios. Na prática, isso significaria a desobrigação do livre acesso ao mar pela população, uma vez que essas áreas poderiam deixar de ser públicas.

Essa repercussão retardou o ritmo da matéria, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob relatoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-SP). Na comissão, foi realizada audiência pública em maio. Recentemente, foi apresentado novo relatório à proposta, que aguarda votação.

Agrotóxicos

Recentemente, o Congresso derrubou trechos de 8 dos 17 vetos apresentados pelo Executivo ao PL 1.459/2022, que dispõe sobre registros de agrotóxicos no país. Ainda resta apreciação pelo Congresso de mais 9 vetos.

A derrubada dos vetos significou vitória para a bancada ruralista, uma vez que conseguiram passar o enfraquecimento de órgãos como Anvisa e Ibama no processo, tornando o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ator principal, coordenando processos de reanálise de riscos, além da retirada do princípio de precaução, possibilitando a autorização de registro provisório de produtos com ativos em reanálise.

Considerados inconstitucionais por violar direitos básicos à vida, saúde e meio ambiente equilibrado, a matéria agora corre risco de ser judicializada, para que o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifeste sobre a questão.

Tramita também na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado João Daniel (PT-MG), o PL 3.615/2012, para obrigar empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes.

Saiba quais são as proposições e acompanhe

- Novo Pacote da Destruição: bit.ly/RCC_10_50
- PL 1.580/2024: bit.ly/RCC_10_51
- PL 4.129/2021: bit.ly/RCC_10_52
- Lei 14.904/2024: bit.ly/RCC_10_53
- PL 2.159/2021: bit.ly/RCC_07_109
- PEC 03/2022: bit.ly/RCC_10_54
- PL 1.459/2022: bit.ly/CasaComum_E4_27
- PL 3.615/2012: bit.ly/RCC_10_55



Participe

- >> Campanha para o Auxílio Calamidade: auxilocalamidade.org
- >> Campanha contra o PL da Devastação: pldavevastacao.org
- >> Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida: contraosagrototoxicos.org

RETRATO BRASIL



2ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em 2021.
Foto: Camila Míg

A imagem que traz os desafios de quem vive, na pele, os impactos da crise socioambiental. A imagem que mostra a conexão com a Natureza, a preservação das matas e dos rios, o cuidado com a Mãe Terra. A imagem que mostra a luta, a ação e a resistência. Essa é a proposta deste Retrato Brasil, que conta com a participação de três convidados(as), de diferentes partes do Brasil, para apresentarem seus olhares e ações.

“Os registros fotográficos sempre me fazem pensar que nossas histórias e rostos precisam sair da invisibilidade. Muitas vezes, nossos territórios quilombolas vivem às margens do esquecimento, e entendemos que a comunicação, a fotografia, é uma ferramenta crucial para a transformação social, cultural e econômica, além de fundamental para a estruturação de políticas públicas. Precisamos lutar contra o racismo ambiental, institucional e estrutural que invisibilizam as comunidades quilombolas e escondem suas riquezas”, destaca Ailton Borges, quilombola e gerente de Promoção dos Direitos Quilombola do Estado do Pará e um dos fotógrafos que assinam esse Retrato Brasil.

Camila Míg, mulher indígena Kanhgág – que também traz seu olhar nas fotografias deste Retrato Brasil – concorda e ressalta que, para ela, a fotografia e o audiovisual são instrumentos de luta para os povos indígenas, pois captar a rotina de encontros durante o ano para acompanhar a agenda anti-indigenista se faz necessário a fim de garantir a sobrevivência de muitos povos do Brasil.

OLHARES DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS PARA A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA



“Muitas vezes o nosso estúdio fica nas ruas rumo ao Congresso, ao Supremo Federal ou à Esplanada dos Ministérios. Nunca estivemos contra o progresso. Preservar é o progresso para que as gerações futuras existam, não só a dos nossos povos, mas sim do planeta todo e de todas as espécies. Nós humanos somos apenas uma espécie dentro da Natureza. O Homem precisa entender que a Terra não pertence a ele, e sim que nós pertencemos à Terra!”, ressalta.

E é essa importância da preservação que Cintia Matos, quilombola e fotógrafa – que também assina esta edição –, traz como ação tão essencial e que vem acompanhando nas atividades realizadas no Quilombo Bela Aurora, no Pará.

“Com os impactos chegando nas comunidades tradicionais da Amazônia paraense, os moradores do Quilombo começaram a ver a diferença no aumento da temperatura e na variação do nível do rio que, a cada ano, sobe um pouco mais; o período da cheia que antes era de três meses se prolongou para quatro a cinco meses. Com todo esse desequilíbrio, os moradores buscam criar novas estratégias para lidar com a situação, como a formação, por meio de palestras e oficinas, sobre como trabalhar com a terra de uma maneira que não cause tantos impactos sem deixar os saberes tradicionais de lado.”

Confira essas e outras histórias, por meio das fotografias, que se fazem presentes neste Retrato Brasil:



2ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em 2021. Foto: Camila Míg



Ato dos povos indígenas da região Sul contra as PLs da bancada anti-indigenista no Acampamento Terra Livre, em 2023. Foto: Camila Míg



Entrada do território quilombola África-Laranjituba, no Pará.
Foto: Ailton Borges



Margens do rio Tocantins, em Mocajuba, no Pará. A imagem retrata o cotidiano e o meio de transporte usado diariamente pelos quilombolas e moradores da região.
Foto: Ailton Borges



Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas do Brasil, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) durante o evento "Diálogos Amazônicos". Na ocasião, os estudantes realizaram uma manifestação, clamando: "O meu turbante tem muita história, a Amazônia também é quilombola".
Foto: Ailton Borges

Produtor rural colhendo mandioca de sua roça por meio do manejo sustentável, em março de 2023.
Foto: Cintia Matos



O rio Gurupi, no Pará, sobe nove metros acima do seu nível normal, invadindo casas, em março de 2021.
Foto: Cintia Matos



Crianças ribeirinhas no Porto da Bela, junho de 2024.
Foto: Cintia Matos



PANORAMA CASA COMUM

A Revista Casa Comum chega a sua décima edição com muitos conteúdos produzidos que se articulam, complementam e aprofundam diversos assuntos que são destaque nesta edição. São dezenas de reportagens, vídeos, podcasts, artigos, infográficos e tantas outras produções da revista impressa, da revista digital e das redes sociais que dão luz e vozes a histórias, opiniões, projetos e, é claro,

[NATUREZA/MÃE TERRA]



“Ser brasileiro deveria ser uma atitude de cuidado com a Terra Mãe”, afirma Daniel Munduruku

Neste Papo Reto, Daniel Munduruku, pertencente ao povo indígena Munduruku, aborda o que chama de pedagogia do pertencimento, ou seja, a compreensão de que o povo brasileiro, com sua diversidade e miscigenação, pertence a esse território rico e abundante e que, portanto, é sua missão e responsabilidade cuidar dele.

bit.ly/RCC_07_PapoReto



A vida é urgente: natureza e colonização no Brasil

No artigo, Gabriela Imelk coloca em pauta como a ampla percepção de povos originários acerca da natureza vai contra a concepção colonialista: uma lógica que aparta o entendimento de pessoa do entendimento de natureza. bit.ly/Decoloniza10



Se a Terra é mãe, por que tanta agressão?

No Dia Internacional da Mãe Terra (22/04), a Revista Casa Comum aborda a exploração do planeta e destaca a importância dos povos originários para a manutenção da vida.

bit.ly/RCC_DiaDaTerra

[CRISE CLIMÁTICA]



De Graciliano Ramos à crise climática: reflexões sobre o Dia Mundial da Água

A reportagem analisa que, se antes o fato de o Brasil abrigar 12% da água doce mundial era sinônimo de paz hídrica, hoje é motivo de preocupação, diante de cenários de secas e de outros impactos trazidos pelas mudanças climáticas que atingem importantes rios e bacias, como o Rio São Francisco. bit.ly/RCC_DiaDaAgua



Linha do tempo: os principais marcos na luta em prol da conservação ambiental no mundo

O Raio-x traz uma linha do tempo com os principais marcos e resoluções socioambientais desde 1962 até os dias atuais. São exemplos de protocolos e acordos internacionais, painéis e grupos de especialistas, além de tratados e metas a serem cumpridas mundialmente. bit.ly/RCC_07_RaioX

muita mobilização que precisamos continuar ressoando na perspectiva da urgência da convergência ecológica.

Sendo assim, preparamos este especial reunindo parte do conteúdo que coloca em pauta a justiça socioambiental, os efeitos e as consequências da crise climática e estratégias para debater a pauta do clima.



“Passamos da ideia de combater para a de nos adaptar às mudanças climáticas”, avalia Frei Rodrigo Peret

Passaram-se 30 anos desde a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, também ocorreu a Rio+20. Na matéria, frei Rodrigo Peret, coordenador da Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES), analisa esse período.

bit.ly/RCC_Eco92

[ECOLOGIA INTEGRAL]



Somos ecologia: diante da realidade ficaremos com o catastrofismo ou o esperar?

A reportagem debate sobre a complexidade das causas e consequências das mudanças climáticas. Os tempos de emergência produzem situações extremas para populações em maior vulnerabilidade, graças ao capitalismo, que tem o lucro como prioridade em detrimento de ações de cuidado. bit.ly/RCC_07_EmDestaque



Podcast Casa Comum #007 | Entrevista com Breno Herrera

“O desafio ecológico que é imposto à humanidade no mundo contemporâneo demanda uma conversão integral, seja na pessoa humana identificada individualmente, seja da sociedade como um todo.” Essa é a frase que abre o episódio do Podcast Casa Comum, com Breno Herrera, gerente regional do Instituto Chico Mendes.

bit.ly/RCC_PodcastEp07



Podcast Casa Comum #006 | Entrevista com Moema Miranda e Felipe Milanez

O episódio traz Moema Miranda, integrante do Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, o Sinfrajupe, assim como Felipe Milanez, ecologista, que falam a respeito de ecologia e conversão ecológica. bit.ly/RCC_Podcast06

[RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA]



A perspectiva das periferias brasileiras sobre o Bem Viver nas cidades

A reportagem mostra como diferentes periferias se mobilizam para elas próprias responderem às suas demandas. Representantes públicos, estudiosos e jovens ativistas de seus territórios contaram sobre como enxergam a agenda das periferias diante da perspectiva do Bem Viver.

bit.ly/BemViverPeriferias



A urgência da pauta ambiental nas periferias urbanas

No artigo, Tiaraju Pablo D'Andrea, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do CEP (Centro de Estudos Periféricos) analisa que a precária situação metropolitana tende a agravar tragédias socioambientais. bit.ly/EmPerspectiva8ed



Racismo ambiental: a resposta está nas mulheres pretas, indígenas e periféricas

O artigo analisa de que forma o racismo estrutural tem impacto direto na vida e o que de fato significa o racismo ambiental, ou seja, a prática de destinar às comunidades e populações negras, indígenas, não brancas e imigrantes os piores efeitos da degradação ambiental.

bit.ly/RCC_E5_EmPerspectiva

[JUVENTUDES E AÇÃO CLIMÁTICA]



O protagonismo e o engajamento das juventudes para transformar seus territórios

Samara Borari, Mariana Malheiros, Pedro Alace e Ramona Jucá são jovens que fazem a diferença ao atuar com meio ambiente, sustentabilidade, educação ambiental, proteção de populações tradicionais, direitos humanos, tecnologia, arte e cultura. bit.ly/RCC_09_NaPratica



Ativismo jovem: Vozes em ação mostra engajamento e defesa do meio ambiente

As ativistas Jaciara Borari – pertencente ao povo Borari e moradora de Alter do Chão (PA) – e Mikaelle Farias – moradora de João Pessoa (PB) – são jovens que alertam para o despertar sobre a urgência das mudanças climáticas.

bit.ly/RCC_VozesEmAcao07



Série especial “Potencial das Juventudes: direitos, cuidado e ação”

A websérie, realizada em parceria com o Nós, mulheres da periferia, traz jovens que mostram como estão direcionando suas ações ao ativismo, sendo porta-vozes de múltiplas causas de interesse socioambiental no Brasil e no mundo afora.

bit.ly/RCC_SérieJuventudes

[DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS]



Aldeias “invisíveis” nas cidades: indígenas enfrentam e superam desafios quando saem de seus territórios tradicionais

Invisibilização, busca por reconhecimento e qualidade de vida marcam a trajetória de indígenas nos territórios urbanos. bit.ly/RCC_09_EmPauta2



Acampamento Terra Livre: 20 anos de luta, resistência e demarcando espaços

A matéria lança a série especial “Territórios Casa Comum”. O texto é de autoria de Luciene Kaxinawá, que analisa a trajetória e os avanços produzidos nos 20 anos de existência do Acampamento Terra Livre, a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.

bit.ly/RCC_ATL



Amazônia tem rosto negro e sangue de povos originários

Em parceria com a Escola de Ativismo, a reportagem fala sobre o fato de a Amazônia ter uma diversidade de povos com múltiplas origens, inclusive de populações negras do Brasil e de outros países. bit.ly/RCC_IdNegra

[CONFERÊNCIAS]



Legado da COP: um breve aceno de esperança em meio ao caos

Na reportagem, a Revista conversa com Maíra Rodrigues, coordenadora da área de combate ao racismo ambiental do Instituto de Referência Negra Peregum, que esteve presente na COP 28, para trazer uma visão panorâmica sobre o evento.

bit.ly/RCC_LegadoCop28



Rumo a COP 28: doações fomentam a ocupação de espaços de incidência política

Organizações e indivíduos se mobilizam para angariar fundos a fim de participar da COP 28. O recurso para viabilizar a viagem, de acordo com entrevistados(as) na reportagem, que vem de inúmeras fontes, e uma delas é a doação de pessoas, empresas e outras organizações que acreditam na importância das juventudes.

bit.ly/RCC_COP28

[AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO]



Para além das eleições: a participação para a construção coletiva do bem comum nos territórios

A matéria elenca exemplos de experiências, como a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, um modelo de gestão pública participativa, e, também, a Rede Nossas Cidades, presente em diferentes municípios, para participação ativa.

bit.ly/RCC_DestinoComum



De petições on-line ao voluntariado; da Mata Atlântica à Amazônia. Conheça causas para se engajar

A reportagem traz um panorama que mostra que, para além de doações financeiras, organizações e movimentos sociais buscam pessoas para mergulhar no cotidiano de suas práticas socioambientais.

bit.ly/RCC_07_Mobilizese

[NOVAS SOLUÇÕES/ECONOMIAS TRANSFORMADORAS]



O resgate de economias populares e ancestrais para a geração de vida

Matéria retrata diversas iniciativas que têm surgido pelo país propondo novas economias, ou seja, um novo modelo de cultivo, produção e consumo.

bit.ly/RCC_07_NaPratica



Uma nova economia é possível?

Dois podcasts trazem a opinião de Talita Guimarães, economista e representante do Sefras na Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), e Thiago Vinícius, fundador da Agência Solano Trindade, sobre a necessidade de construir um modelo financeiro centrado na vida humana, além de iniciativas que já fazem isso na prática.

bit.ly/RCC_TalitaGuimaraes
bit.ly/4fs8WCB



Iniciativas de economia solidária: construindo outros mundos possíveis

A matéria apresenta projetos que atuam com economia solidária, uma possibilidade inovadora de geração de trabalho e renda, que se consolidou nos últimos anos como uma outra forma de pensar e fazer economia, voltada para atender as necessidades e o desenvolvimento social de forma mais justa e menos desigual.

bit.ly/RCC_3_NaPratica

[ENCÍCLICAS]



Laudato Si': carta do Papa Francisco que convoca ao cuidado com a Casa Comum completa nove anos

O dia 24 de maio de 2024 marcou o aniversário da Carta Encíclica *Laudato Si'*. A Revista Casa Comum aproveita a data para refletir sobre como o chamado do pontífice continua atual, sobretudo diante de contextos, como a calamidade causada pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

bit.ly/LaudatoSi9anos



Laudate Deum traz à tona a urgência climática e convoca à ação política pela transição energética, pelo fim da cultura do descarte e por relações mais justas

Lançada no dia 4 de outubro de 2023, dia de São Francisco, a exortação apostólica *Laudate*

Deum traz o apelo do Papa Francisco diante da emergência climática. Em artigo, a jornalista Isabel Gnaccarini analisa como o pontífice clama por mudanças no estilo de vida ocidental e reforça que a emissão *per capita* da maioria composta pelos países mais ricos é superior a dos mais pobres.

bit.ly/3WV99MG



Laudate Deum: nova exortação apostólica afirma que natureza não é um mero recurso a serviço dos seres humanos

A Revista Casa Comum conversa com Luiz Marques, historiador de arte e ex-curador-chefe do Museu de Arte de São Paulo, para aprofundar o conteúdo do documento.

bit.ly/EntrevistaLaudateDeum

[EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL]



Série especial Educomunidade

Personagem do segundo episódio da série #Educomunidade, iniciativa em parceria com a ABPEducom, Joilson Anjos, estudante de pedagogia e educador, reforça a importância da educação para empoderamento dos jovens e, também, no debate sobre os efeitos das mudanças climáticas.

bit.ly/3yW8yCt



Educação para a conversão ecológica: como educar no contexto atual?

Na matéria, entrevistados apontam a importância de investir na educação ambiental a partir de uma atuação conjunta, além de considerar a perspectiva de crianças e jovens, uma vez que pesquisas e estudos mostram que esse público percebe os efeitos das mudanças climáticas e reconhece que os mais afetados serão aqueles grupos em maior vulnerabilidade.

bit.ly/3Mcy20Z



Fake News também destroem o meio ambiente

No artigo, a autora Ângela Paula Gouveia reflete sobre as múltiplas categorias de *fake news*, desde sátira até conteúdos fabricados. Ela traz como exemplo o @fakebookceco, uma iniciativa do Observatório do Clima, que busca enfrentar a desinformação ambiental e destacar as distorções que cercam o debate sobre meio ambiente no Brasil.

bit.ly/RCC_07_PaulusSocial



Confira o especial completo, com várias outras produções, que organizamos nesta página especial no site.

>> Acesse: revistacasacomum.com.br/panorama-casa-comum



Colabore com a iniciativa Casa Comum

A iniciativa valoriza muito o 'fazer junto'.

Em todas as suas ações, envolve pessoas e iniciativas que promovem a mobilização para a justiça socioambiental, adotando o diálogo e a construção coletiva.

Por meio do seu apoio, poderemos ampliar nossas ações de informação, formação e engajamento multiplataforma em defesa dos direitos fundamentais em diferentes territórios do país.



Colabore por meio do PIX:

E-mail: revistacasacomum@sefras.org.br

Site: www.doe.sefras.org.br/casacomum



Acesse a Trilha de Saberes da 10ª edição



Novidade:

Conheça também o jogo criado exclusivamente para debater os temas da revista e a Ecologia Integral.



www.revistacasacomum.com.br

 @RevistaCasaComum

Realização



Coordenação editorial



Parceria especial



Apoio



PAULUS SOCIAL



ABeducom



CASA COMUM